

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECÔNÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

DANIELE BURIN

**OS ADOLESCENTES DO PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR DA
IDES/PROMENOR E SUAS FAMÍLIAS FRENTE AS INFLUÊNCIAS
DO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 28/06/04

FLORIANÓPOLIS

2004

TKR.
Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DANIELE BURIN

**OS ADOLESCENTES DO PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR DA
IDES/PROMENOR E SUAS FAMÍLIAS FRENTE AS INFLUÊNCIAS DO
MUNDO CONTEMPORÂNEO**

**Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como
requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro
Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Prof. Silvia Régia Simões**

FLORIANÓPOLIS

2004

DANIELE BURIN

**OS ADOLESCENTES DO PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR DA
IDES/PROMENOR E SUAS FAMÍLIAS FRENTE AS INFLUÊNCIAS
DO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.



Prof. Silvia Régia Simões
Orientadora



Dra. Regina Panceri
1º Examinadora



Prof. Dra. Teresa Kleba Lisboa
2º Examinadora

Florianópolis, Junho, 2004.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos aqueles que contribuíram da forma como puderam para a efetivação deste trabalho e para a concretização desta etapa, especialmente aos familiares, amigos, colegas, professores, supervisores e aos funcionários da Irmandade do Divino Espírito Santo/Sociedade Promocional do Menor Trabalhador (IDES/PROMENOR).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca, primeiramente resgatar a ascensão do neoliberalismo como ideário da conjuntura capitalista atual, suas influências e conseqüências na sociedade civil, especialmente na vida dos adolescentes e nas relações familiares, ao passo que, diante da situação sócio-econômica do país a família brasileira sofre alterações em nível de sistema de relações, dinâmica de funcionamento e modelos familiares. Posteriormente, é apresentada a organização IDES/PROMENOR dando ênfase ao Programa Jovem Trabalhador onde foi realizada a Prática de Estágio em Serviço Social, na qual surgiu o interesse em realizar uma pesquisa com jovens inseridos neste Programa e seus respectivos familiares. O objetivo da pesquisa foi analisar o nível de acompanhamento dos familiares nos aspectos profissional e escolar, especialmente, conforme prevê o Regimento Interno do Programa, especialmente no Artigo 11 que trata dos Direitos e Deveres dos Pais ou Responsáveis, frente ao contexto social em que estão inseridos. Ao final, após a análise da pesquisa, são abordadas algumas considerações e contribuições a nível de sugestões ao Programa Jovem Trabalhador para aprimorar suas ações colaborando para o aperfeiçoamento das relações familiares dos adolescentes que vivem uma etapa de transformações e conflitos essenciais no processo de desenvolvimento.

Palavras-Chave: Neoliberalismo, Adolescente, Relações Familiares, Trabalho.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Modelos Familiares.....	45
Gráfico 2 - Participantes das Entrevistas.....	46
Gráfico 3 - Diálogo Intrafamiliar (Familiares).....	48
Gráfico 4 - Diálogo Intrafamiliar (Jovens).....	48
Gráfico 5 - Verificação Boletim Escolar (Familiares).....	49
Gráfico 6 - Verificação Boletim Escolar (Jovens).....	49
Gráfico 7- Informações Desempenho Escolar (Familiares).....	50
Gráfico 8 - Informações Desempenho Escolar (Jovens).....	50
Gráfico 9 - Informações no PJT (Familiares).....	51
Gráfico 10 - Informações no PJT (Jovens).....	51
Gráfico 11 - Informações nas Empresas (Jovens).....	52
Gráfico 12 - Acompanhamento Profissional e Escolar (Familiares).....	53
Gráfico 13 - O Motivo Justificado (Familiares).....	53
Gráfico 14 - Acompanhamento Profissional e Escolar (Jovens).....	54
Gráfico 15 - O Motivo Justificado (Jovens).....	54
Gráfico 16 - Procura pelo PJT (Familiares).....	55
Gráfico 17 - Procura pelo PJT (Jovens).....	55
Gráfico 18 - Procurar aos Familiares (Jovens).....	56
Gráfico 19 - Participação nos Encontros do PJT (Familiares).....	59
Gráfico 20 - Os Motivos (Familiares).....	59

Gráfico 21 - Informação dos Encontros do PJT (Jovens).....	60
Gráfico 22 - Os Motivos (Jovens).....	60
Gráfico 23 - Nível de Participação dos Familiares (Jovens).....	60
Gráfico 24 - Mudanças na Relação Familiar (Familiares).....	62
Gráfico25 - Mudanças na Relação Familiar (Jovens).....	63

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	5
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – AS CONSEQUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO NO MUNDO DO TRABALHO JUVENIL, NA FAMÍLIA E NA SOCIEDADE.....	12
1.1 - O Surgimento do Neoliberalismo e as Influências no Mundo do Trabalho Juvenil.....	12
1.2 - As Relações Familiares na Atualidade.....	20
1.3 - As Famílias e os Programas de Transferência de Renda Mínima.....	23
1.4 - A Transferência de Responsabilidades no Contexto Neoliberal.....	29
CAPÍTULO II - OS ADOLESCENTES DO PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR, O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR E A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL.....	33
2.1 - A IDES/PROMENOR e a Prática de Estágio no Programa Jovem Trabalhador.....	33
2.1.1 - Procedimento Metodológico da Pesquisa.....	43
2.1.2 - Apresentação e Análise da Pesquisa.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
SUGESTÕES.....	69
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas - Entrevista com familiares.....	74
APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas - Entrevista com adolescentes.....	76

ANEXO A -Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro 2003.....	77
ANEXO B - Ficha de Inscrição para o Trabalho – PJT.....	80
ANEXO C - Ficha de Admissão para o Trabalho.....	82
ANEXO D - Ficha de Acompanhamento do Jovem na Empresa	84
ANEXO E - Cronograma de Atividades – 2º semestre / 2003.....	86
ANEXO F - Regulamento Interno do PJT.....	87

INTRODUÇÃO

Para analisar as formas de realização do acompanhamento das famílias em relação à vida profissional, escolar e até mesmo pessoal dos adolescentes, especialmente os do Programa Jovem Trabalhador - PJT nos dias de hoje, foi necessário observar primeiramente o contexto social em que estes sujeitos estão inseridos.

Com a nova ideologia mundial, a crescente interdependência causada pela globalização e os conseqüentes ajustes econômicos ocorridos no país, acarretam na sociedade e principalmente na família brasileira um processo de empobrecimento, precarização do trabalho, desemprego, desigualdade e exclusão social, inclusão social não afiançada à garantia de direitos.

Com a falta de investimento nas políticas públicas, o governo busca através de medidas compensatórias, focalizadas e seletivas atender as famílias brasileiras como uma forma de amenizar a situação de extrema pobreza em que se encontram. Outra forma, é a busca de parceria com a sociedade civil no intuito de transferir suas responsabilidades no atendimento de uma crescente demanda em situação de vulnerabilidade social.

Diante deste contexto a família brasileira sofre alterações em nível de sistema de relações, dinâmica de funcionamento e modelos familiares que faz com que não apenas o homem e a mulher, mas o adolescente ingresse no mundo do trabalho cada vez mais cedo, seja de maneira formal ou informal, restrito muitas vezes às oportunidades de qualificação profissional frente a um mercado competitivo, exigente e atraído pela lucratividade.

O adolescente busca através de diversas formas, estratégias de sobrevivência para ajudar a família que convive com as conseqüências do mundo neoliberal. Por ser um indivíduo que se encontra em processo de desenvolvimento e amadurecimento, passa por constantes crises, conflitos, transformações físicas e psicológicas, vive na incessante busca de identificação e isso confirma a necessidade do acompanhamento da família que, diante da atual conjuntura, muitas vezes não cumpre sua tarefa primordial: o cuidado e proteção de seus membros nos aspectos profissional, escolar e pessoal.

A partir desta realidade e das intervenções e observações desenvolvidas no decorrer da experiência de estágio no Programa Jovem Trabalhador da IDES/PROMENOR, apesar da equipe do Programa, além de inseri-los no mercado de trabalho, realizar o acompanhamento profissional e escolar dos jovens cumprindo com a sua missão, surgiu o interesse em pesquisar a forma de acompanhamento realizado pelas famílias destes jovens, conforme prevê, especialmente, o Artigo 11 do Regimento Interno do Programa.

O presente estudo propõe-se a demonstrar quantitativamente, através dos dados obtidos em pesquisa feita por amostragem, o número de familiares que realizam ou não o acompanhamento conforme proposto pelo Regimento, analisando cada aspecto abordado. Tem o objetivo de contribuir para aprimorar as ações desenvolvidas pelo Programa em relação ao atendimento às famílias e aos adolescentes e atuar enquanto colaborador no aperfeiçoamento da relação jovem/família, que em muitos aspectos encontra-se prejudicada. Também, pretende-se contribuir para a formação de parceria entre família e PJT, no que diz respeito ao acompanhamento dos jovens, dando-lhes mais segurança, apoio e orientação nos aspectos que se fizerem necessários.

Este estudo está dividido em dois capítulos. No primeiro, são abordadas as influências da ideologia neoliberal na vida do jovem, na família e na sociedade. No segundo capítulo,

será apresentada a instituição IDES/PROMENOR, os programas desenvolvidos atualmente, incluindo o Programa Jovem Trabalhador onde foi realizada a Prática de Estágio Curricular em Serviço Social, contendo a análise dos dados da pesquisa realizada com jovens e seus respectivos familiares. Posteriormente, seguem as considerações finais e sugestões como forma de contribuição para as intervenções desenvolvidas no PJT.

CAPÍTULO I - AS CONSEQUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO NO MUNDO DO TRABALHO JUVENIL, NA FAMÍLIA E NA SOCIEDADE

1.1 - O Surgimento do Neoliberalismo e as Influências no Mundo do Trabalho Juvenil

Na história da evolução do capitalismo, reportando-se a partir da década de 30 até meados da década de 70, viveu-se um período, nos países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos, em que as grandes decisões econômicas eram tomadas pelos agentes governamentais, regulando inclusive o mercado. O Estado passou a regular os investimentos econômicos e sociais buscando obter equilíbrio entre produção, emprego, renda e consumo de massa, sem deixar de garantir o lucro do capital. Conforme explica Abreu, (1999, p. 39), buscava-se uma ordenação econômica que promovesse a integração entre os trabalhadores à racionalidade econômica do capital.

Com a regressão da social-democracia e a crise do Welfare-State, o neoliberalismo (que visava o resgate da primazia do mercado para regular a sociedade) entrou em ascensão e, a partir da década de 80, intensificaram-se as mudanças sócio-econômicas e as determinações e as relações de poder no mundo tomaram um novo rumo. Segundo Antunes (1999, p. 22):

O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como o Fundo Monetário Internacional.

Com o desenvolvimento do capitalismo mundial surgiram novas exigências aos países no mundo, especialmente aos países periféricos, que, segundo observa Abreu (1999, p. 41) são:

- 1) A desregulamentação da entrada e saída de capitais nos países;
- 2) A liberalização do comércio com a eliminação das barreiras alfandegárias;
- 3) A privatização e transnacionalização das empresas públicas;
- 4) O reconhecimento jurídico das marcas e patentes tecnológicas do capitalismo mundial;
- 5) A redução dos gastos públicos (portanto, de serviços públicos como saúde, educação, transporte, fundos de aposentadoria e pensão, telefonia, água, energia, etc., que devem ser concedidos e explorados comercialmente pelo capital privado);
- 6) A desregulamentação das relações de trabalho, retirando-as da esfera pública e submetendo-as às condições do mercado (de domínio privado).

No Brasil, a ideologia neoliberal ganha ascensão em meados da década de 90 com os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, sendo que este último permaneceu durante oito anos no governo. Neste período, houve um aumento na desigualdade de renda da população e, concomitantemente, novos padrões sociais, políticos e econômicos que ampliaram a complexidade da injustiça e da exclusão social. Esta última pode ser compreendida, segundo Sposati (1999, p. 67), como uma situação de privação coletiva que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, a não-equidade, a não acessibilidade, a não representação pública como situações multiformes.

O governo FHC instalou o plano de estabilização da economia que, apesar de controlar a inflação, sustentou-se na elevação dos juros e na sobrevalorização cambial que resultou em perdas à indústria e à agricultura, desestimulou as exportações, desativou e/ou reduziu cadeias produtivas, aumentou a presença estrangeira na economia nacional, privatizou empresas estatais e, conseqüentemente, deixou a economia nacional mais vulnerável aos

mercados internacionais, o que ocasionou aumento do desemprego, empobrecimento da população e precarização do trabalho.

Conforme abordado por Rocha (2000 apud NOGUEIRA, 2003, p. 10), entre 1994 e 1999 foram extintos 1,3 milhão de postos de trabalho para indivíduos de baixa escolaridade, que representavam cerca de $\frac{1}{4}$ da mão-de-obra presente nas maiores regiões metropolitanas do país. Dentro deste contexto, ao incorporar uma situação de desemprego, além de privar-se das formas de suprir suas necessidades, o cidadão excluído do mercado de trabalho é restrito de direitos sociais, previstos na Constituição Federal¹.

Ao inserir o Brasil no mundo globalizado e expondo a sociedade à submissão do mundo neoliberal, à racionalidade do mercado e difundindo a cultura da individualidade e competitividade, o governo Fernando Henrique assistiu ao aparecimento dos piores índices de desemprego dos últimos vinte anos, com a formação da segunda maior população de desempregados do mundo: 11,454 milhões de pessoas, segundo Rocha (2000 apud NOGUEIRA, 2003, p. 11). Conforme destaca Demo (2003, p. 110):

Também faz parte da globalização hegemônica a pretensão de ser universal, reacendendo a expectativa liberal de que o mercado competitivo sem regulação social traria ganhos para todos: ao mesmo tempo que o rico poderia ficar mais rico, neste mesmo movimento o pobre ficaria menos pobre. Este milagre do mercado capitalista é inverificável, porque na dialética da unidade há sempre forte correlação entre o bem-estar de minorias e o mal-estar das maiorias.

Seguindo a ideologia neoliberal, o governo Fernando Henrique Cardoso disseminou a idéia da “modernização administrativa” estabelecendo novas formas de gestão pública e deixando de responsabilizar-se pelo “pleno emprego”. Ao valorizar a administração

¹ O Capítulo II trata dos Direitos Sociais e diz no Artigo 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

empresarial, com dominação do mercado e redução da responsabilidade do Estado, houve incentivo em relação à participação da sociedade civil, particularmente em termos de gestão das políticas públicas.

Portanto, em todos os países submetidos ao ideário neoliberal, com a intensa concorrência por novos mercados e aumento da competitividade, ocorreram profundas mudanças no padrão de produção que acentuou a precarização do trabalho. A flexibilidade racionaliza o uso do capital, aumenta cada vez mais a diferença entre flexibilidade das condições de produção e exigências de sobrevivência dos trabalhadores. Para Yamamoto (1999, p. 116):

Busca-se uma flexibilidade no processo de trabalho, em contrapartida à rigidez da linha de produção, da produção em massa e em série; uma flexibilidade do mercado de trabalho, que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores; uma flexibilidade dos produtos, pois as firmas hoje não produzem necessariamente em série, mas buscam atender as particularidades das demandas dos mercados consumidores e uma flexibilidade dos padrões de consumo.

Com as inovações tecnológicas, a informatização e automação da produção de bens e serviços exige-se dos trabalhadores de um modo geral, e inclusive dos jovens, cada vez mais preparação e qualificação para o trabalho. Requer maior produção e menor contratação, o que torna o mundo do trabalho mais seletivo, exigente e um agravante em relação ao desemprego. Dentro deste contexto, a empregabilidade passa a depender da política de competitividade, sendo que esta impõe exigência na qualidade dos produtos para garantir lucratividade. Na visão de Yamamoto (1999, p. 116):

Este processo, impulsionado pela tecnologia de base microeletrônica, pela informática e pela robótica, passa a requerer novas formas de estruturação dos serviços financeiros, inovações comerciais, o que vem gerando e aprofundando uma enorme desigualdade do desenvolvimento entre as

regiões, setores, etc. além de modificar substancialmente as noções de espaço e tempo.

A competitividade atrelada a busca de novos mercados, rompe as fronteiras nacionais e impede a ação dos governos no que diz respeito ao controle sobre as políticas econômicas e sociais internas que protegem o emprego e a renda dos cidadãos.

Atualmente são as grandes empresas privadas que decidem e controlam o Estado, bem como definem o uso e a direção do avanço tecnológico. Estas empresas, também chamadas de multinacionais, segundo Pereira (1999, p. 50), geralmente operam fora do país de origem, em busca de mão-de-obra mais barata, automatizam-se velozmente, terceirizam parte do trabalho e exigem quebra da proteção social ao trabalhador. Disso decorrem sérias implicações que configuram a questão social.

A precarização das relações de trabalho pode ser compreendida como as relações informais de compra e venda de serviços, que não garantem os direitos trabalhistas previstos em lei, além de trabalhos temporários que não garantem a estabilidade de emprego, gerando o que pode ser chamado de “Insegurança do Trabalho”. No entendimento do atual capitalismo financeiro, o indivíduo deve buscar os meios de vida e de sobrevivência sem contar com os recursos públicos que assegurem direitos. Conforme explica Faleiros (1999, p. 153):

Na ótica neoliberal, o sistema de garantia de direitos deve ser “desregulamentado”, ou seja, desfeito, desmantelado, para que o indivíduo sobreviva com seus recursos, sem a proteção pública. [...] Trata-se da implementação de uma ideologia da responsabilização do indivíduo segundo a qual, se não conseguir competir, deve viver um “pária”, como excluído.

Diante das novas formas de relações sociais e acumulação de capital, os capitalistas contemporâneos têm interesse em investimentos obtendo ganhos através do capital especulativo. Isto gera menos financiamento para os fundos públicos e menos emprego, agravando a situação dos segmentos empobrecidos da sociedade que a cada crise do capitalismo sofrem o desemprego, a fome e a desproteção por parte do Estado.

Com a nova ordem mundial ocorre um processo de aprofundamento da desigualdade social. Cria-se assim, o mundo dos ricos e o mundo dos pobres, surgindo o fenômeno histórico de apartação social, citada por Buarque (1993 apud SPOSATI, 1999, p. 64).

A globalização que implica numa nova configuração espacial da economia mundial, devido a internacionalização e integração, gera um processo de acumulação em nível planetário, expressa-se também a organização econômica e social através do consumo, vida ou pensamento que resultam na competição dos mercados. Está normalmente associada a processos econômicos e, devido a sua dimensão econômica, domina a ligação mundial de mercados, a abertura econômica e a livre circulação do capital ocorrendo um processo de homogeneização: padronização que une o local ao global.

Mas, a integração dos mercados e as privatizações acarretam outras conseqüências sociais graves como: além do aumento da pobreza e concentração de renda, a deteriorização da qualidade de vida e a destruição ambiental, ao passo que nesse processo a miséria foi o aspecto que mais cresceu e se globalizou.

Com o processo de globalização, a exposição de países de Terceiro Mundo, como o Brasil, na concorrência desigual no comércio mundial que visa atender aos interesses dos grandes investidores estrangeiros, as relações sociais, assim como a cultura, são influenciadas pelo mercado global, conforme expõe Faleiros (1999, p. 166):

A cultura, que constrói e articula significados, é uma porta de abertura e um dos fundamentos para que se possa enfrentar a fragmentação da sociedade, dimensão que todos os autores consideram fundamental para entender nossa época: fragmentação do sujeito, fragmentação das políticas, fragmentação das famílias, fragmentação das religiões, fragmentação das relações de trabalho, fragmentação das relações de vizinhança, fragmentação do Estado com a sociedade [...].

Contudo, as pessoas vivem na contemporaneidade um mal-estar desencadeado pelo desamparo do Estado. A segurança e estabilidade no emprego e a melhora das condições de vida tornaram-se um “sonho” para uma grande parcela da população e, especialmente, para os adolescentes que vivem em situação de exclusão social.

Esta, ocasionada por fatores estruturais e econômicos como as situações de pobreza extrema e marginalização econômica, e que envolve situações de preconceito e discriminação étnicos e culturais que resultam em rupturas afetivas, familiares, perdas de vínculos e rompimento com as relações de convívio, pode expressar-se em outras situações como: o crescimento da população nas ruas das cidades, os sem-abrigo, os sem teto, assim como os sem-terra no meio rural; o crescimento da violência, o aumento do uso indevido de drogas, o trabalho infantil, a mudança do sistema produtivo, o direito à seguridade social ligada à situação de trabalho e não como um direito universal. Os fatores mencionados influenciam a vida das famílias e atingem principalmente os adolescentes. Mas, com as conseqüências da nova ideologia mundial, torna-se prioridade a inserção cada vez mais precoce dos integrantes das famílias no mercado de trabalho². O ingresso dos adolescentes acaba sendo uma estratégia de sobrevivência para ajudar na complementação da renda familiar, a qual é quase sempre insuficiente. Na maioria das vezes, apesar de ter uma remuneração inferior a dos adultos, são

² Conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 60 “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

os adolescentes que passam a assumir o sustento da família frente a uma situação de desemprego vivenciada pelos outros membros (pai, mãe ou outro responsável).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE/PNAD, em 2002 constatou-se que havia no país 5,4 milhões de crianças e adolescentes de 05 a 17 anos trabalhando, ou 12,6% dos 43,3 milhões de pessoas nessa faixa de idade. Destes, 280.228 (5,2%) tinham de 05 a 09 anos, 2.708.066 (49,8%) tinham entre 10 e 15 anos e 2.450.261 (45,1%), 16 a 17 anos.

No Brasil, em 16,5% das famílias com membros de 05 a 17 anos há pelo menos uma criança ou adolescente que trabalha. No país, 52,2% das crianças e jovens da mesma faixa etária que trabalham, vivem em famílias cuja pessoa de referência é um analfabeto funcional, ou seja, com até três anos de estudo. Quando se distribuem as crianças de 10 a 17 que trabalham por faixas de contribuição do seu rendimento no orçamento familiar, 49,5% delas contribuem com 10% a 30% do rendimento familiar e 4,5% delas, com quase a totalidade (90%) do ganho mensal da família.

Diante destes fatos, muitos jovens acabam incluindo-se em empregos precários e informais, abandonam ou deixam os estudos para segundo plano e conseqüentemente passam a fazer parte dos segmentos de trabalhadores desqualificados, sem oportunidades de melhoria da qualidade de vida e investimento na educação e qualificação profissional. Assim, de acordo com o exposto, é importante destacar que o trabalho é uma relação social que deve garantir preparação, capacitação, estímulo à educação e inclusão social rumo a construção da cidadania e não mera garantia de sustento e renda para sobreviver.

Ao reportar-se à situação vivenciada pelos adolescentes nos dias de hoje, pode-se dizer que ao analisar o âmbito do mercado, o jovem é exigido a buscar qualificação, conhecimentos na área de informática, aumentar o nível de escolarização e conhecimento de outros idiomas

frente ao processo de globalização. Por outro lado, o Estado não efetiva ações que compreendam suas carências e necessidades e que lhes dêem oportunidades para cumprir com as exigências do mundo do trabalho, especialmente no que diz respeito a precarização da rede de ensino, oportunidades de emprego e melhoria da qualidade de vida para as famílias, cujos membros são expulsos gradativamente da esfera do trabalho.

Portanto, a dinâmica do trabalho infanto-juvenil é um reflexo do mundo do trabalho no país. A atual conjuntura afeta todos os segmentos da sociedade, especialmente aos jovens e as famílias em que estão inseridos pois, esta enquanto instituição, acaba também sofrendo alterações a nível de composições e sistema de relações.

1.2 - As Relações Familiares na Atualidade

Apesar da família ser uma estrutura social tão antiga quanto a própria história da humanidade, através dos tempos tem assumido diferentes formas e/ou mecanismos de funcionamento.

A família pode ser compreendida como um grupo de pessoas que se unem basicamente por razões afetivas, havendo trocas subjetivas e compartilhando o cotidiano com um projeto de vida em comum. Na compreensão de Miotto (1997, p. 120) o conceito de família refere-se a:

... um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido.

Com as mudanças ocorridas na sociedade, decorrentes do processo de interdependência causada pela globalização, com o passar do tempo, houve uma dissociação da família e da sociedade, que foram fundamentais na constituição da família atual, cujas relações alteram-se significativamente. Nesse processo de construção, de forma dinâmica, a família pôde constituir-se no decorrer de sua vida, ou em alguns momentos dela, tanto num espaço de felicidade como num espaço de infelicidade³. É importante salientar que a capacidade de cuidado e proteção dos grupos familiares, depende diretamente da qualidade de vida que eles têm no contexto social no qual estão inseridos e que eles estão influenciados por fatores sócio-políticos, culturais, econômicos, psicossociais e ambientais.

Os modelos e composições das famílias, relacionados ao processo de modernização a partir da segunda metade do século XX, geraram um novo padrão demográfico na realidade brasileira. Nas últimas décadas, de acordo com a análise do IBGE/PNAD, realizada por Goldani (1994 apud MIOTO,1997, p.118), a família dos anos 90 tem uma configuração marcada pelas seguintes características:

- 1) Número reduzido de filhos. A família brasileira entra nos anos 90 com uma média de 2,5 filhos, em contraposição à dos anos 60, cuja média era de 6,3 filhos). Este dado indica queda acentuada da taxa de fecundidade das mulheres brasileiras.
- 2) Concentração da vida reprodutiva das mulheres nas idades mais jovens (até 30 anos). Isto significa que as mulheres passam menos tempo de vida em função da reprodução e têm mais tempo para se dedicar a outras atividades (trabalho, relação conjugal).
- 3) Aumento da concepção em idade precoce. Isto implica no aumento da gravidez entre adolescentes.
- 4) Aumento da co-habitação e da união consensual. Este aspecto tem como consequência o ato de a co-habitação não ser mais considerada como sinal de pobreza. E, paralelamente ao aumento das uniões consensuais, houve um avanço da união legal (aumento do número de casamentos

³ Expressão citada por Mioto (1997). *Família e Serviço Social*. In. *Revista Serviço Social & Sociedade n° 55*, São Paulo: Cortez, 1997p. 114-130.

civis) em contraposição à união religiosa (queda do número de casamentos religiosos).

- 5) Predomínio das famílias nucleares (pai, mãe, filhos). Embora se registre uma queda desse tipo de organização familiar (em 1981, 81% das famílias eram nucleares; em 1989 essa porcentagem caiu para 79,5%) as famílias nucleares ainda são predominantes no contexto brasileiro.
- 6) Aumento significativo das famílias monoparentais, com predominância das mulheres como chefes da casa. Em termos de dados, em 1981 registrou-se uma porcentagem de 14,6% de famílias monoparentais. Em 1989 registrou-se 16,8%
- 7) Aumento das famílias recompostas. Este fato é consequência do aumento das separações e dos divórcios nos últimos anos.

Estas mudanças ocorreram devido a aspectos como a liberalização e transformação de hábitos e costumes como os relacionados à posição da mulher na sociedade e à sexualidade, o desenvolvimento técnico científico que proporcionou a invenção dos métodos contraceptivos e avanço nos meios de comunicação, além dos consequentes ajustes econômicos ocorridos no país que ocasionou o acelerado processo de empobrecimento das famílias, segundo indica Goldani (1994 apud MIOTO 1997, p.119):

[...] modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Estado brasileiro, que teve como consequência o empobrecimento acelerado das famílias na década de 80, a migração exacerbada do campo para a cidade e um contingente muito grande de mulheres e crianças no mercado de trabalho. Ainda no contexto do Estado brasileiro deve-se a perda gradativa da eficiência do setor público na prestação de serviços que contribuiu ainda mais para a deteriorização das condições de vida da população.

Os reflexos das transformações da sociedade anteriormente citados, afetam a família de modo que estabelece um rompimento de relações, modos de vida se alteram, e estes processos provocam conflitos, crises e perdas de referências que são os maiores desafios enfrentados pela família. Acarretaram ainda, uma fragilidade dos vínculos familiares e maior

vulnerabilidade da família no contexto social em relação a dificuldade no cumprimento de suas tarefas básicas como a proteção de seus membros, socialização primária das crianças, embate entre o projeto familiar e o cuidado com o outro.

Exige-se das famílias uma articulação entre as suas demandas internas, como a necessidade de seus membros nos diferentes estágios de desenvolvimento, e segundo Mioto, (1997, p. 122), as demandas advindas de seu espaço social e formas de lidar com transformações ocorridas no âmbito das relações homem / mulher e pais/filhos.

O fenômeno da pobreza disseminado na maioria das famílias brasileiras apresenta-se, portanto, em caráter multidimensional e não pressupõe apenas a insuficiência de renda, mas o não acesso aos serviços básicos e ao trabalho formal e digno, a não participação política e social, empobrecimento, exclusão, diferenças sociais, privação, deficiência e alterações no modo de funcionamento e relacionamento entre os seus integrantes.

1.3 - As Famílias e os Programas de Transferência de Renda Mínima

Para atender às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade social, os governos recorrem aos discursos de solidariedade intrafamiliar, mas segundo expõe Faleiros (1999, p. 164), não se constrói uma rede solidária sem uma articulação política que seja conduzida pelo poder público e por ele garantida.

O desmonte das políticas nacionais de garantias sociais básicas, resultaram em implicações como: cortes de programas sociais (inclusive os voltados para a população de baixa renda), diminuição dos benefícios da seguridade social e valorização das formas de ajuda social, que segundo Pereira (1999, p. 56) é o caso:

[...] da filantropia, social e empresarial, das ações voluntárias, da ajuda mútua, dos mutirões, dos serviços sociais ocupacionais ou empresariais, da privatização das políticas sociais - inclusive da assistência social - e da solidariedade informal praticada no seio da família, da vizinhança e dos grupos de amigos, etc.

Os investimentos do governo na área pública tendem a diminuir e os investimentos no âmbito da Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência) acabam sendo insuficientes para atender às necessidades da população mais pobre. Os organismos financeiros multilaterais como o Fundo Monetário Internacional – FMI, orientam o Governo Federal a implantar programas de combate à pobreza, seletivos e focalizados e que garantam os níveis mínimos de educação, saúde, alimentação e controle da natalidade à população. Segundo explica Faleiros (1999, p. 157):

Ao integrar-se no processo competitivo financeiro, os países periféricos se obrigam ao receituário do Fundo Monetário Internacional, privatizando o patrimônio estatal nacional, realizando um ajuste fiscal que impõe redução de salário do funcionalismo e das verbas dos programas governamentais, com forte incidência nos programas sociais.

A partir de 2001, instituiu-se os chamados “Programas de Transferência de Renda Mínima” de iniciativa Federal que tiveram grande expansão no governo de Fernando Henrique Cardoso. Estes visam a redistribuição de renda de forma focalizada e seletiva com caráter emergencial: são políticas compensatórias específicas para os miseráveis, mas consideradas pelo governo como políticas de inclusão social. Os Programas implementados foram: Programa Bolsa Escola, vinculado à educação, Programa Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, dentre outros, como destaca Demo (2003, p. 106):

O Programa Bolsa Escola inclui a perspectiva de privilégio seletivo em favor dos pobres porque a universalidade pura e simples não os beneficia.[...]. O privilégio dos desprivilegiados não pode, porém advir de fora, de cima, como concessão ou manobra, mas como conquista dos interessados. O que pode tornar digna a “focalização” não é programa público destinado aos marginalizados, mas a cidadania popular que exerce sobre tal programa rígido controle democrático.

Na atual conjuntura, o Governo Federal lança Programas Nacionais de Transferência de Renda como o Programa Bolsa Família⁴ (Anexo A) unificando a gestão e execução das ações de transferência de renda, especialmente do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação como o Bolsa Escola (Lei nº 10.219 de 11 de abril de 2001), Programa Nacional de Acesso a Alimentação (Lei nº 10.689 de 13 de junho de 2003), Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde como o Bolsa Alimentação (instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1 de 06 de setembro de 2001), Programa Auxílio Gás (Decreto nº 4.102 de 24 de janeiro de 2002) e o Cadastramento Único do Governo Federal (Decreto nº 3.877^{de} 24 de julho de 2001). Para incluir as famílias no Bolsa Família é realizado um cadastramento nos municípios e encaminhado, posteriormente, a um banco de dados centralizado em Brasília (Cadastramento Único), onde é realizada a seleção daquelas que serão contempladas com o benefício. As famílias selecionadas passam a receber o recurso através da Caixa Econômica Federal com o chamado “Cartão do Cidadão”.

A população que tem acesso ao Programa Bolsa Família são as unidades familiares que se encontram em situação de extrema pobreza. O Programa define família como um grupo ligado por laços de parentesco ou afinidade, que formam um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros⁵. O benefício do Programa

⁴ Programa sujeito a alterações por estar em fase de implementação.

⁵ Esta definição consta na Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003, de criação do Programa Bolsa Família em anexo.

corresponde ao valor mensal de R\$50,00 (cinquenta reais), concedidos a famílias com renda per capita de até R\$50,00 (cinquenta reais), independentes de terem filhos ou não.

Para as unidades familiares que atendem aos critérios do Programa e possuem em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre zero e doze anos e adolescentes até quinze anos, o valor do benefício sofre um acréscimo de R\$15,00 (quinze reais) por beneficiário até o limite de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por família, concedido à famílias com renda per capita de até R\$ 100,00 (cem reais). As famílias em situação de pobreza extrema com renda até R\$50,00 podem acumular o benefício básico e variável, chegando ao limite máximo de R\$95,00 (R\$50,00 de benefício básico e mais R\$45,00 de benefício variável). Os cidadãos que recebem algum benefício dos Programas como Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, a partir do momento em que passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família (Medida Provisória N° 132 de 20 de outubro de 2003) são desvinculados de outros Programas, passando a receber somente o benefício deste último.

O município é o agente executor dos Programas de Transferência de Renda Mínima, sendo que em Florianópolis, as famílias que desejam tornar-se beneficiárias, procuram a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social para efetuar seu cadastramento. Após, as famílias aguardam alguns meses ou até mais de um ano para obterem alguma definição, ou seja, se passarão a receber ou não o referido benefício. Para localizar as famílias contempladas a Secretaria Municipal articula-se com a rede escolar do Município.

Para o Governo Federal, a unificação dos Programas contribui para evitar que algumas famílias estivessem cadastradas em vários Programas e outras, na mesma situação sócio-econômica, estivessem cadastradas em apenas um ou nenhum, inserindo-as deste modo num patamar de “igualdade de direitos”. Contudo, os Programas de Transferência de Renda

Mínima Federais são uma espécie de pacotes fechados “fornecidos” para a população sem ao menos serem analisadas as particularidades como a questão regional, pois em determinadas regiões do país o custo de vida é maior do que em outras. Mas, é importante compreender que os benefícios dos Programas de Transferência de Renda Mínima na maioria das vezes são insuficientes para suprir as necessidades dos beneficiários e não chegam a alcançar o valor do salário mínimo vigente no país⁶.

Os programas sociais direcionados aos segmentos empobrecidos podem ser considerados estratégias assistencialistas e insuficientes na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população. Para a implementação dos Programas, como o Bolsa Família, as famílias tem a obrigatoriedade de manter as crianças na escola, freqüentarem postos de saúde e seus membros engajarem-se em atividades de preparação para o trabalho. Mas, deve ser ressaltado, que nada tem sido feito para melhorar as condições de atendimento do Sistema de Saúde e Sistema Público de Ensino no país, conforme mencionado anteriormente.

A implantação destes Programas trata-se de esforços mínimos que tentam tornar a pobreza menos ameaçadora à ordem vigente, mas muito aquém da garantia de padrões de qualidade de vida aceitáveis, segundo expõe Silva (2003, p. 239).

Para Sposati (1999, p. 73) a noção de qualidade de vida refere-se:

[...] a possibilidade de melhor redistribuição - e usufruto - da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade.

⁶ O valor do salário mínimo vigente no país é de R\$ 260,00.

Para a maioria dos beneficiários, os Programas de Transferência de Renda Mínima representam a única fonte de aquisição para os desempregados e/ou ampliação de renda dos trabalhadores do excludente mundo do trabalho, mas não proporcionam a cidadania e a inclusão social destes sujeitos. Segundo Demo (2003, p. 96), assistência como direito radical de sobrevivência é política essencial, direito inalienável, e diferencia-se crucialmente de políticas compensatórias, que tornam-se um agravante no que se refere a pobreza e a desigualdade social.

A pobreza não se reduz à carências de renda, mas envolve a distribuição da mesma. No Brasil a má distribuição de renda é um agravante para o crescimento da miséria e a desigualdade torna-se um fator de exclusão. Todavia, deve haver uma articulação entre os programas sociais e a política econômica de desconcentração de riqueza geradora de emprego e de elevação da renda e do trabalho, resgatando a dignidade, a cidadania e a autonomia que representa a capacidade e a possibilidade do cidadão se auto-suprir⁷ desde o mínimo de sobrevivência até necessidades mais específicas como as culturais, políticas e sociais.

Para que a pobreza seja reduzida deve haver uma política social que reduza a desigualdade social existente entre a população. Conforme expõe Demo (2003, p. 103), para reverter este processo, é mister encontrar procedimentos que favoreçam ostensiva e sistematicamente os discriminados, colocando os processos redistributivos como resultado do controle democrático de baixo para cima.

As políticas públicas deveriam ser criadas pelo Estado como uma forma de amenizar as expressões da questão social, sendo um direito dos cidadãos para elevar a qualidade de vida e

Expressão utilizada por SPOSATI, Aldaíza. 2001, p.33.

promover a emancipação e não serem formas assistencialistas que tornam os indivíduos e as famílias cada vez mais dependentes das ações governamentais compensatórias.

1.4 - A Transferência de Responsabilidades no Contexto Neoliberal

Apesar da atuação da sociedade civil na prática da assistência, da filantropia e do trabalho voluntário existir desde o século XVI, com a fundação das Santas Casa de Misericórdia (elo entre a Igreja e os pobres), no âmbito neoliberal a sociedade civil assume ainda mais as responsabilidades que são do Estado, visando amenizar os impactos sociais causados pela desigualdade social, sendo que o Estado brasileiro consolida uma dada concepção de inclusão não atrelada à garantia de direitos sociais em suas ações. Segundo expõe Sposati (1999, p. 71), caracteriza as atenções sociais como concessões partilhadas com a filantropia da sociedade e não assumidas como responsabilidade pública.

Para enfatizar a transferência das responsabilidades do Estado à sociedade civil, é importante compreender que pressupõe primeiro setor, o Estado, segundo setor, o mercado e o terceiro setor, a esfera não-governamental, não-lucrativa, voltado ao desenvolvimento social.

No contexto neoliberal, a terceirização é preconizada ocasionando a transferência de responsabilidades que são pertinentes ao Estado para o âmbito do setor privado. O Estado enquanto prestador de serviços público vem diminuindo mecanismos de proteção social e estabelecendo parcerias entre o público e o privado no que diz respeito à prestação de serviços. Este é um fator que aumenta as sub-contratações e os empregos temporários que são formas de abolir a garantia dos direitos do trabalhador.

Com os impasses decorrentes do modelo econômico predominante no mundo e a redução das intervenções do Estado, especialmente no âmbito social, este busca através da sociedade civil a “solidariedade” e a parceria no que se refere ao atendimento de uma demanda cada vez mais crescente. Dessa forma, estas demandas recaem para a sociedade civil através do terceiro setor que compreende, segundo Iamamoto (1999, p. 120):

[...] instituições filantrópicas dedicadas à operação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem-estar; organizações voltadas ao interesse de grupos específicos (mulheres, negros, povos indígenas) ou de proteção do meio ambiente, promoção de esporte e do lazer; experiências de trabalho voluntário por “cidadãos que exprimem sua solidariedade, tempo e talento às causas sociais” e filantropia empresarial expressando a “responsabilidade das empresas e compromisso com a melhoria da comunidade”. Sua viabilização se dá através de um termo de parceria estabelecido entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza diferente (privada ou pública).

Diante da atual conjuntura, intensifica-se a participação do terceiro setor, composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela participação de voluntários. São as chamadas “Organizações Não-Governamentais – ONGs”, as quais atuam como parceiras no campo da prestação de serviços sociais, sendo organizações de iniciativas privadas que atuam no interesse público e não estatal. As ONGs, buscam alternativas do ponto de vista da sociedade civil para o enfrentamento das expressões da questão sociais, comprometidas com a melhoria das condições de vida da população. Estas, conforme Iamamoto (1999 p. 122), datam a década de 70, surgindo como uma novidade institucional e mantém uma relação de ambigüidade e dependência em relação aos campos institucionais como a Igreja, órgãos governamentais, movimentos sociais e contatos com organismos internacionais provedores de maior fatia de seus financiamentos. O Estado contribui com estas organizações repassando uma parcela de recursos financeiros e/ou isenção de impostos (estes recursos são

insuficientes) e com o restante dos recursos a sociedade civil assume a responsabilidade de contribuir para mantê-las.

A partir da década de 90, segundo Iamamoto (1999, p. 123), as ONGs adquirem maior visibilidade na mídia e no espaço político. Conforme afirma Landin (1998, apud IAMAMOTO, 1999 p. 123), hoje atingem o montante de quatro a cinco mil organizações no país, onde atuam diversos profissionais dentre eles os assistentes sociais que atuam beneficiando cerca de 250 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento e tornam-se importantes segmentos em programas assistenciais. Ainda, segundo Iamamoto (1999, p. 123), as ONGs:

[...] atuam na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos sociais em áreas como: violência e relações de gênero, criança e adolescente, movimentos urbanos, meio ambiente, questão étnica, tecnologias alternativas na agricultura, sindicalismo rural e pequena produção familiar. Desenvolvem atividades de assessoria, pesquisa e informações, educação popular, campanhas e denúncias, entre outras, em que participam os assistentes sociais ao lado de outros profissionais.

Em alguns países as Organizações Não-Governamentais ajudam a formular as políticas públicas, na fiscalização de projetos, na denúncia das arbitrariedades do governo, tanto na violação de direitos humanos quanto na omissão dos deveres públicos. Algumas ainda, desenvolvem alianças políticas com caráter duplo, segundo explica Vieira (2001, p. 68):

[...] aliam-se, de um lado com o Estado para exigir do mercado o equacionamento dos custos sociais e ambientais da produção exigido pelo desenvolvimento sustentável; de outro lado, aliam-se ao mercado para exigir do Estado a realização de reformas democráticas que aumentem sua eficácia administrativa.

No Estado de Santa Catarina, as Organizações Não-Governamentais atuam em diversas áreas, como meio ambiente, saúde, educação, família, proteção a vítimas de violência, atendimentos à grupos específicos como à mulher, crianças e adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais, dentre outros.

Em Florianópolis, a Irmandade do Divino Espírito Santo/Sociedade Promocional do Menor Trabalhador – IDES/PROMENOR é um exemplo de Organização Não-Governamental sem fins lucrativos, filantrópica, beneficente e assistencial que atende crianças e adolescentes de 0 a 18 anos com abrangência na região da Grande Florianópolis. Tem a missão de atuar na assistência e formação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade⁸ social e econômica, visando promover a cidadania e o desenvolvimento social.

No próximo capítulo, será apresentado um breve histórico da IDES/PROMENOR, os atuais programas de atendimento entre os quais será dado ênfase ao Programa Jovem Trabalhador, no qual foi realizada a prática de estágio curricular supervisionado em Serviço Social.

⁸ Vulnerabilidade, segundo a Assistente Social e Coordenadora Técnica da Instituição Regina Panceri, são usuários que se encontram em situação econômica de pobreza, que residem em lugares com altos índices de violência, crianças com baixo rendimento escolar e/ou vítimas de qualquer tipo de violência.

CAPÍTULO II - OS ADOLESCENTES DO PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR, O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR E A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

2.1 - A IDES/PROMENOR e a Prática de Estágio no Programa Jovem Trabalhador

A Prática de Estágio Curricular Supervisionado é uma exigência acadêmica e faz parte da grade curricular do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Para cumprir este requisito, foi realizada experiência no setor de Serviço Social do Programa Jovem Trabalhador da IDES/PROMENOR no períodos de outubro de 2002 a abril de 2004. Apesar do estágio curricular obrigatório ter sido realizado entre os meses de setembro de 2003 a fevereiro de 2004, também foi realizado estágio extra-curricular não obrigatório no Programa Jovem Trabalhador no período entre outubro de 2002 e agosto de 2003 e, posteriormente ao estágio curricular, nos meses de março e abril de 2004.

A IDES/PROMENOR é uma organização que tem suas normas estabelecidas por uma Diretoria composta de voluntários, membros da sociedade civil e para cada programa que a instituição desenvolve há um regimento interno que estabelece as normas específicas. A Instituição mantém-se com recursos repassados pelos Governos Municipal e Estadual, doações da sociedade civil, dos aluguéis de imóveis que compõe seu patrimônio e de recursos obtidos através da tradicional Festa do Divino Espírito Santo⁹ que acontece anualmente e conta com

⁹ A Festa do Divino Espírito Santo teve sua origem em Portugal e foi estabelecida pela Rainha Izabel, casada com o Rei D. Diniz, por volta do século XIV. O culto em louvor ao Divino Espírito Santo, celebrado principalmente na Ilha de Santa Catarina e nos municípios litorâneos, é uma tradição secular transmitida pelos açorianos que chegaram em Florianópolis no século XVIII. Dada a sua evolução e repercussão, atualmente, a IDES/PROMENOR tem na Divina Festa do Divino, um pilar de sustentação financeira, para a manutenção dos programas de atendimento oferecido a 1100 crianças e adolescentes.

a colaboração da sociedade florianopolitana para sua realização.

Para melhor entender da origem da Organização viu-se a necessidade de recuperar um breve histórico da Irmandade do Divino Espírito Santo e da Sociedade Promocional do Menor Trabalhador, duas instituições hoje unificadas.

A Irmandade do Divino Espírito Santo - IDES, organização filantrópica, católica, assistencial, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Florianópolis, foi fundada em 1773. Em 1910, iniciou suas atividades sociais com um abrigo de menores denominado “Lar São Vicente de Paulo”, em 1977, criou o Jardim de Infância Girassol e nesse mesmo ano incorporou a Sociedade Promocional do Menor Trabalhador - PROMENOR, que na época passava por uma crise financeira que a tornava insustentável, pois mantinha muitos programas com pouco investimento.

Tal crise foi o motivo que levou a diretora da PROMENOR na época, Sra. Maria Tereza Bandeira Maia, a procurar a Irmandade do Divino Espírito Santo – IDES e informar a respeito da situação em que a Instituição se encontrava. Assim, em maio do mesmo ano a PROMENOR passou a ser mantida e administrada pela IDES.

A Sociedade Promocional do Menor Trabalhador foi fundada na década de 70 pelas primeiras damas do Estado e Município, Dayse Werner Salles e Lucinda Araújo, em parceria com outras pessoas de seus círculos de amizade. A PROMENOR passou a manter-se de doações, subvenções, promoções e celebração de convênio de serviço com órgãos públicos. Iniciou suas atividades em setembro de 1971 com atendimento a 10 adolescentes cadastrados no Programa de Engraxates da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Este Programa tinha como principal objetivo buscar a prevenção da marginalização do menor¹⁰, oferecendo-lhe

¹⁰ Nesta época usava-se a denominação ‘menor’ devido ao Código de Menores que tratava dos direitos

oportunidades de desenvolvimento integral, o que gerou posteriormente a implantação do Programa do Menor Engraxate dentro da Instituição¹¹.

Em 09 de dezembro de 1971, a PROMENOR foi reconhecida como de utilidade pública municipal (Lei Nº 1.048) e em 1º de abril de 1972, como de utilidade pública estadual (Lei Nº 4.705), fato que contribuiu para a realização das atividades da instituição frente às diversas instâncias de poder que se apresentavam. Em abril de 1972, a PROMENOR inicia suas atividades encaminhando jovens para o mercado de trabalho com a função de trabalhar como *Office-boy/girl* em empresas como o Banco do Estado de Santa Catarina – BESC, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, dentre outras.

Com o projeto para office-boys e engraxates, em março de 1973 houve um aumento na procura dos jovens para inserirem-se nesta Instituição, elevando o número de atendimento para 60 crianças e adolescentes. Nessa época a PROMENOR funcionava em regime de semi-internato, com realização de atividades no horário das 07 às 18 horas, para crianças e adolescentes entre 07 e 18 anos, que viviam em situações de extrema vulnerabilidade social e econômica.

Apesar da crise financeira instaurada na PROMENOR, vários programas e projetos estavam sendo desenvolvidos a partir da busca por parcerias. Neste período a ênfase era dada aos seguintes programas e projetos: Programa Educação, Programa de Saúde, Programa Recreação e Programa Trabalho.

Após a unificação, a IDES/PROMENOR continuou sua trajetória no atendimento de crianças e adolescentes, sendo alicerçada atualmente no Estatuto da Criança e do Adolescente

da Criança e do Adolescente

¹¹ Maiores detalhes sobre o histórico da IDES/PROMENOR poderá ser encontrado no Trabalho de Conclusão de Curso: Promenor, Trajetória Institucional e os Desafios da Atualidade, de Karine Oara Zubatch, 1999.

e Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Os Programas atualmente desenvolvidos pela instituição são:

- Abrigo Lar São Vicente De Paulo

Este programa tem como objetivo principal, acolher crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 06 anos, através de atendimento integral (24 horas diárias), visando sua reintegração familiar. A capacidade de atendimento é de 25 crianças, as quais são vítimas de maus tratos, abandono, abuso sexual, uso para a mendicância e extremamente pobres e/ou filhos de pais dependentes químicos, enfim, com seus direitos violados. São encaminhadas ao Abrigo pelo Conselho Tutelar ou pela Justiça da Infância e Juventude.

- Centro De Educação Infantil Girassol – CEIG

Atende crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 02 a 06 anos de idade, moradores da Região da Grande Florianópolis, e objetiva contribuir para a sua formação pessoal, psicossocial e educativa através de vivências pedagógicas.

- Programa Espaço Alternativo Do Saber - PEAS

Tem como objetivo construir um espaço pedagógico prazeroso, no qual as crianças e adolescentes possam desenvolver habilidades conceituais e pessoais que os levem a destacar-se no ambiente em que vivem. A meta de atendimento é de 150 crianças e adolescentes, de 07 a 14 anos, no período matutino e vespertino, de acordo com o período que freqüentam a escola. As crianças e adolescentes participam de atividades escolares, artísticas, esportivas, de integração com a natureza e atividades de integração grupal.

- Centro De Aprendizagem Profissional – CeAP

Este programa tem por meta propiciar um espaço de aprendizado ao adolescente a partir de 14 anos e familiares, visando a formação e o desenvolvimento do cidadão para a sua posterior inserção no mercado de trabalho. Os cursos oferecidos atualmente são: informática,

espanhol, empreendedorismo, inglês para informática, capacitação para o primeiro emprego e montagem e manutenção de microcomputadores.

- Programa Jovem Trabalhador – PJT

Tem por objetivo promover a capacitação, a inserção e o acompanhamento de adolescentes de 16 a 18 anos, de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade social, através de parcerias e integração no mercado de trabalho, garantindo seus direitos trabalhistas (contrato de trabalho, férias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS , 13º salário, Aviso Prévio, Seguro Desemprego), visando o seu crescimento e a melhoria das condições de vida e cidadania. Este Programa vai ao encontro do que prevê a missão da IDES/PROMENOR e o Estatuto da Criança e do Adolescente no Capítulo V - Do Direito à Profissionalização e a Proteção no Trabalho¹².

A equipe de Serviço Social do Programa Jovem Trabalhador¹³ participa do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente de Santa Catarina, contribuindo nas discussões e estratégias de combate a todas as formas de exploração de trabalho adolescente. Oferece oportunidade para inserção dos adolescentes no mercado formal de trabalho, contribuindo dessa forma para evitar o ingresso no mercado informal tanto no setor agrícola como nas áreas urbanas, que resultam conseqüentemente em um alto índice de evasão escolar, assim como outras formas de violação de direitos. Estes problemas sociais têm uma relação de causa e efeito concomitante com as situações de pobreza,

¹² Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: I - Respeito à condição peculiar e à condição de pessoa em desenvolvimento; II - Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

¹³ No PJT atualmente está sendo implantando o Programa de Aprendizagem para adolescentes a partir dos 14 anos - Lei Nº10.097 de 19/12/2000.

desigualdade e exclusão social e outros fatores como os de natureza cultural, decorrentes de formas tradicionais e familiares da organização econômica.

A equipe do PJT é composta por duas assistentes sociais, sendo uma coordenadora do Programa e cinco estagiárias provenientes da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, e possui relativa autonomia técnico-profissional na condução de sua intervenção.

São atendidos adolescentes de ambos os sexos, provenientes da Grande Florianópolis. Possui convênio com empresas (economia mista, pública e privadas), local onde os adolescentes prestam serviço como *Office-boy/girl*: Caixa Econômica Federal – CEF, Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, Companhia de Habilitação do Estado de Santa Catarina – COHAB, Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina – CIASC, Representação de Produtos Óticos – REPRO, Centrais Elétricas do Sul do Brasil – ELETROSUL, Banco do Estado de Santa Catarina – BESC, Fundação CASAN – FUCAS, Cooperativa de Economia de Créditos Mútuo dos Médicos da Grande Florianópolis – UNICRED, Farmácias Dermus Dermatológica e Cosmética Ltda, Hotel Parthenon, Tóquio Marine Brasil Seguradora S/A, Serviço Nacional da Indústria – SENAI, Sociedade Promocional do Menor Trabalhador, TRACTEBEL Energia, Cooperativa do Trabalho Médico Ltda – UNIMED, Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, dentre outras.

Todos os adolescentes encaminhados possuem curso de capacitação profissional oferecido pela IDES/PROMENOR (Programa Centro de Aprendizagem Profissional) ou em outra organização com conteúdos similares; recebem treinamento antes de serem admitidos e são avaliados periodicamente no seu local de trabalho. Participam de encontros de formação, no sentido de ampliar sua capacitação, postura e relacionamento, bem como, de atividades

esportivas, recreativas e de lazer. A escolaridade é obrigatória, até completar o Ensino Médio, sendo esta uma forma de incentivar os jovens a investir nos estudos e qualificar-se para concorrer no competitivo mercado de trabalho. A desistência escolar implica em desligamento do Programa.

O Programa Jovem Trabalhador atende atualmente cerca de 284 adolescentes inseridos no mercado de trabalho por meio de empresas conveniadas. Os usuários procuram o Programa através de pessoas que conhecem ou que já participaram do PJT.

O Programa oferece plantão de atendimento onde os usuários recebem informações sobre a instituição e o PJT. Os requisitos para a inscrição do adolescente no Programa são o certificado de capacitação para o primeiro emprego e estar regularmente matriculado na Rede de Ensino. Segundo prevê o Artigo 63 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

A formação técnico-profissional obedecerá os seguintes princípios:
I - garantia de acesso a frequência obrigatória ao ensino regular;
II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
III - horário especial para o exercício das atividades.

Para melhor compreender o período de pré-inserção e de permanência dos jovens no PJT, faz-se necessário abordar as seguintes etapas:

1) Inscrição: é realizada uma entrevista com os adolescentes que tem 16 anos completos, sendo exigido a apresentação de documentos como: carteira de trabalho profissional, carteira de identidade, CPF, boletim escolar, atestado de matrícula e/ou frequência escolar, comprovante de renda dos pais ou responsáveis, comprovante de residência e certificado do Curso de Capacitação para o Primeiro Emprego (Anexo B).

2) Treinamento: Após inscrever-se no Programa, o adolescente é chamado a participar do Treinamento. Este é um encontro que ocorre mensalmente com cerca de 30 adolescentes inscritos, num período de três horas e tem como objetivo repassar informações sobre o Programa Jovem Trabalhador, o Regulamento Interno, exercícios de dinâmicas e trabalhos em equipe, sendo esse o momento em que o jovem passa a conhecer melhor o funcionamento do Programa.

3) Avaliação Médica: Num outro momento, ainda antes da admissão, o jovem é chamado a passar pela avaliação médica com o Médico do Trabalho da IDES/ PROMENOR, o qual atesta se o adolescente está apto ou não para ser admitido. Somente após a avaliação médica é que o jovem passa a concorrer às vagas do PJT. Na seleção, as assistentes sociais realizam o estudo sócio-econômico dos jovens para que posteriormente possam inseri-los no Programa.

4) Admissão: Os jovens, no dia em que são chamados para a admissão, comparecem na Instituição acompanhados dos pais ou responsáveis para dar prosseguimento aos trâmites legais de contratação e entrevista orientada por um roteiro contendo perguntas objetivas e subjetivas. Também é apresentado o Regulamento Interno do Programa aos jovens e aos pais, no qual consta seus direitos e deveres (Anexo C).

Aos jovens inseridos no Programa é realizado o acompanhamento escolar através da apresentação mensal e obrigatória do atestado de frequência escolar e periodicamente do boletim escolar. Em casos de faltas escolares frequentes e/ou baixo rendimento escolar é realizado atendimento individual e/ou familiar para efetuar os encaminhamentos necessários.

5) Avaliações: Na empresa onde desempenham suas funções, o acompanhamento é realizado através de avaliações trimestrais com o adolescente, juntamente com o seu supervisor e estagiário do Serviço Social do PJT para a verificação do desempenho

profissional do jovem, sua satisfação/realização, sua postura frente às funções e em que sentido a experiência de trabalho está contribuindo para o processo de formação do jovem (Anexo D) .

6) Reuniões e Encontros de Formação: O Programa oferece ao jovens dois encontros de formação (de caráter obrigatório) por semestre para serem trabalhados temas referentes a sexualidade, prevenção ao uso de drogas, mundo do trabalho, conflitos familiares, dentre outros. Também são realizados semestralmente encontros com os familiares dos adolescentes (de caráter não-obrigatório) onde são abordados estes e outros temas. Este momento é de extrema importância para a integração entre o Programa e a família dos jovens, pois os encontros possibilitam momentos de reflexões no que diz respeito ao diálogo intra-familiar, troca de idéias, obtenção de novos conhecimentos que possam contribuir para aperfeiçoar o relacionamento e a integração familiar (Anexo E) .

7) Atividades Desportivas e de Lazer: Ainda são organizadas semestralmente atividades desportivas e de lazer, sendo uma forma de integração dos jovens entre si e entre estes e a equipe do Programa.

8) Desligamento: Ao completar 17 anos e 11 meses, ocorre a rescisão do contrato de trabalho dos jovens no PJT, sendo esta a idade limite de permanência no Programa. O desligamento pode ocorrer anteriormente, somente em casos de faltas graves como o não cumprimento do Regulamento Interno do Programa que trata dos Direitos e Deveres do Adolescente Trabalhador (desistência escolar, desvios de conduta, entre outros) (Anexo F) .

Durante todo o período de estágio, foram documentadas através de relatórios, as principais atividades realizadas no Programa como: encontros de formação com os jovens, encontro com os familiares, treinamentos e avaliações, como um meio de sistematizar as

informações. Também os atendimentos individuais e/ou familiares sempre foram registrados nas fichas dos adolescente construindo dessa forma o histórico de cada jovem durante a sua permanência no PJT.

No decorrer do período de estágio, foi sentida a necessidade da realização de uma pesquisa com o objetivo de analisar o nível de acompanhamento das famílias no desempenho profissional e escolar dos adolescentes inseridos no Programa. Essa necessidade foi instigada pelo fato de que muitos familiares e responsáveis acompanhavam os jovens somente no ato da admissão e do desligamento no PJT por ser de caráter obrigatório, ou quando solicitados pelo Serviço Social para comparecerem nos atendimentos em decorrência do não cumprimento do Regulamento Interno direcionado aos jovens. Mas, durante o período de permanência no PJT muitos não cumpriam as normas deste Regimento, em especial o Artigo 11, que trata dos seguintes Direitos e Deveres dos Pais ou Responsáveis:

- Participar efetivamente das reuniões de pais, realizadas conforme cronograma estabelecido,
- Acompanhar periodicamente o desempenho profissional e escolar do adolescente para que apresente mensalmente o xerox do atestado de frequência escolar e periodicamente o boletim,
- Apresentar a equipe de Serviço Social do Programa Jovem Trabalhador qualquer situação que possa trazer prejuízos pessoais, escolares e profissionais ao adolescente trabalhador,
- Apresentar dúvidas, críticas e sugestões a fim de viabilizar mudanças no acompanhamento ao adolescente,
- Manter atualizados endereços e telefones de trabalho, residencial e/ ou para contato,
- Comunicar imediatamente ao Programa Jovem Trabalhador, em caso de doença e/ou ausência do adolescente ao trabalho, apresentando atestado médico, para que sejam tomadas as providências necessárias,
- Procurar o setor administrativo da IDES/PROMENOR para obter informações sobre salário, férias, pagamentos, vales-refeição, vales-transporte.

A seguir, apresenta-se o desenvolvimento do estudo junto aos familiares e aos jovens.

2.1.1 - Procedimento Metodológico da Pesquisa

Para a realização deste estudo, optou-se em fazer uma pesquisa do tipo quanti-qualitativa com a amostragem de 20 adolescentes e seus respectivos familiares, num universo de 284 adolescentes, e utilizando como instrumento a técnica de entrevista semi-estruturada. Em relação à entrevista, segundo explica Minayo (1996, p. 57):

[...] é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretenciosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva.

Como forma de definir os entrevistados, foram utilizados cadastros dos adolescentes inseridos nas diversas empresas conveniadas do Programa Jovem Trabalhador e selecionados 20 destes adolescentes e seus familiares. Para cada categoria foi utilizado um tipo diferenciado de roteiro (Apêndice A e Apêndice B). Como critério de participação, os jovens deveriam estar inseridos num tempo mínimo de 6 meses no PJT. A partir desta seleção, foram realizadas as entrevistas durante o período do estágio curricular obrigatório em Serviço Social (setembro de 2003 a fevereiro de 2004).

Durante as entrevistas não houve recusa de nenhum jovem ou familiares quanto a participação. Estas foram realizadas no Programa Jovem Trabalhador e registradas (gravadas em áudio) com o consentimento dos entrevistados, tendo duração de aproximadamente 20

minutos cada uma. A opção de utilizar o instrumento da entrevista com os familiares e jovens separadamente foi intencional, tendo em vista a possibilidade de analisar e comparar as opiniões dos familiares e dos jovens em relação ao acompanhamento que recebem da família no que diz respeito aos estudos e ao trabalho.

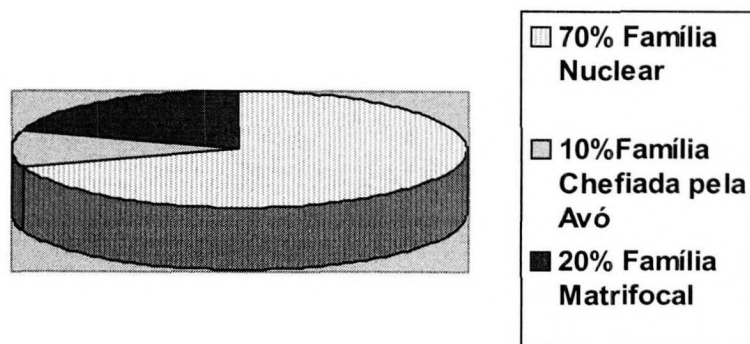
2.1.2 - Apresentação e Análise da Pesquisa

A família, numa perspectiva histórica e cultural, condicionada pelas diferenças sociais, tem apresentado diversas composições características. Segundo Kaslow (2001 apud SZYMANSKY, 2002, p. 10), existem nove tipos de composição familiar:

- 1) família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos;
- 2) famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações;
- 3) famílias adotivas temporárias (Foster);
- 4) famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais;
- 5) casais;
- 6) famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe;
- 7) casais homossexuais, com ou sem crianças;
- 8) famílias reconstituídas depois do divórcio;
- 9) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais mas com forte compromisso mútuo.

Os variados modelos familiares foram surgindo conforme o aparecimento de novas questões referentes ao convívio entre os seus membros e as mudanças na sociedade.

Na composição daquelas que participaram das entrevistas, houve um predomínio das famílias nucleares formadas por pai, mãe e filhos (70%), seguidas de famílias monoparentais (matrifocais) chefiadas pelas mães (20%) e pelas avós (10%). O gráfico a seguir apresenta os modelos:

Gráfico 1 - Modelos Familiares

Nas entrevistas com os familiares houve o predomínio da participação das mães com 75%, 20% de pais e 5% de avós.

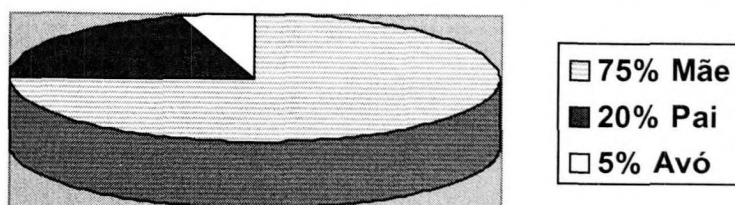
Neste aspecto, em relação às mães, há uma tendência destas mulheres assumirem as funções de suporte familiar, procurando suprimir a falta de assistência que envolve a família, tendo que administrar as múltiplas responsabilidades dentro e fora do espaço doméstico. Mesmo inseridas no mercado de trabalho de maneira igual ao homem, cumprindo as mesmas horas de jornada, as mulheres articulam o mundo do trabalho e a vida privada e assumem maior participação e responsabilidade que os pais no que se refere à vida dos filhos. O aumento da carga de trabalho resulta na maioria das vezes numa pior qualidade de vida que a dos homens.

Para Oliveira (2003, p. 76), na prática, a inserção das mulheres no mercado de trabalho não atenuou suas responsabilidades em relação à família. Simplesmente a famosa vida doméstica passou a ser encaixada nos interstícios dos horários de sua vida profissional.

No caso das famílias monoparentais¹⁴ - matrifocais, se por um lado as mulheres chefes de família que passaram a assumir o próprio sustento buscaram a sua independência e a opção de não mais manter suas relações conjugais, por outro acabaram assumindo sozinhas as responsabilidades de “cuidar” da família, enquanto os homens ao considerarem que, separando-se da esposa, suas responsabilidades familiares também desapareceriam.

Em relação às avós, nos sistemas de trocas intergeracionais, elas aparecem como redes de apoio importantes diante das fragilidades conjugais, da recomposição familiar e monoparentalidade. As redes intergeracionais ou solidariedades familiares podem ser compreendidas como uma forma de ajuda para as famílias que sofrem com a desresponsabilização do Estado e ausência de políticas públicas frente às expressões da questão social no âmbito familiar. A seguir, a representação em gráfico.

Gráfico 2 – Participantes das Entrevistas

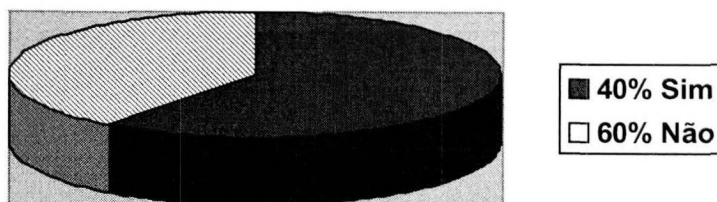
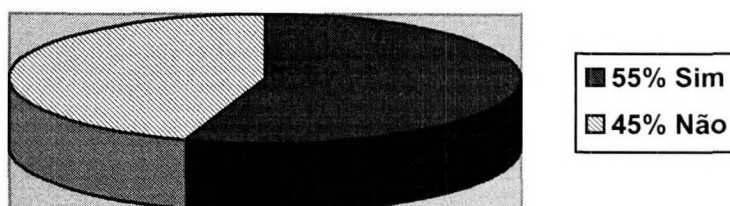


¹⁴ Conforme VITALE, M. A .F. Família monoparentais: indagações. *Revista Serviço Social & Sociedade*. Nº71, 2002, p. 50, a noção de monoparentalidade tem ficado associada não só ao sexo, mas também à pobreza. Os dados de nossa sociedade fortalecem essa correlação. O Censo 2000 aponta que a média da renda dos homens chefes de família é de R\$827,00, enquanto a das mulheres é de R\$591,00. Mas para 5,5 milhões de mulheres chefes de família o rendimento mensal não ultrapassa R\$276,00.

No decorrer da pesquisa obteve-se alguns dados contraditórios entre as falas dos sujeitos. A diferença das proporções pode ser analisada no âmbito da idealização que tanto jovens quanto familiares têm de família, conforme apresentado nos gráficos 3 e 4, 7 e 8, 11, 16 e 17. Se a família idealizada por alguma das categorias é, por exemplo, uma família que mantém um diálogo constante sobre a vida profissional e escolar dos filhos, ao questioná-los sobre esta questão, poderiam ter respondido que a sua família age de acordo com o que seria, na sua opinião, o “correto e ideal”, mesmo que isto não fosse fato. Portanto, não houve a possibilidade de averiguar em quais falas especificamente foram abordadas inverdades a respeito da real forma de acompanhamento questionada no decorrer da entrevista.

Quanto a forma de acompanhamento realizada conforme prevê o Artigo 11 do Regimento Interno do Programa Jovem Trabalhador, a que os pais e responsáveis tem acesso no ato da admissão, foram obtidos os seguintes resultados:

Ao perguntar aos familiares se costumam dialogar e questionar com jovens sobre o seu desempenho no trabalho e na escola, 60% informou que não costumam fazê-lo e 40% informaram que mantém um diálogo como forma de acompanhamento dos adolescentes. Já na opinião dos jovens, 55% responderam haver um diálogo intrafamiliar e 45% disseram não ocorrer. Neste aspecto, é importante ressaltar que, mesmo havendo predominio na opinião dos jovens de que há diálogo intrafamiliar, os outros 45% representam uma quantidade significativa, sendo observada a necessidade de aperfeiçoar o relacionamento dos integrantes destas famílias. A seguir, são apresentados os gráficos:

Gráfico 3 – Diálogo Intra-Familiar (Familiares)**Gráfico 4 – Diálogo Intra-Familiar (Jovens)**

Referente ao questionamento se os familiares costumam verificar periodicamente o boletim escolar dos jovens, 95% destes responderam que sim, e 5% responderam negativamente. Já na opinião dos jovens, 85% responderam que é realizada a referida verificação e 15% afirmou não ocorrer. É relevante salientar que, esta é a forma predominante de acompanhamento realizada pelos familiares em relação aos adolescentes nos aspectos

pesquisados e que não houve contradições apesar da diferença nas proporções, conforme indicado abaixo:

Gráfico 5 – Verificação Boletim Escolar (Familiares)

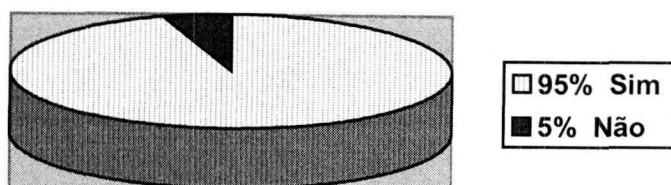
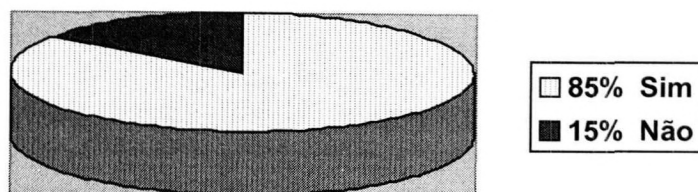


Gráfico 6 – Verificação Boletim Escolar (Jovens)



Ao questionar se os familiares costumam procurar a escola para buscar informações sobre o desempenho escolar dos adolescentes e para conversar com os professores para obter informações sobre o seu desenvolvimento escolar, 45% dos familiares responderam que

procuram a escola e 55% manifestou-se de forma negativa. Na entrevista com os adolescentes foram obtidos os resultados de que 55% dos familiares procuram a escola e 45% não costumam procurá-la. Novamente pode-se observar neste aspecto, que a contradição pode ter sido influenciada pela idealização que ambas as categorias têm de família, tendo a convicção de que a família “correta e ideal” é aquela que faz o acompanhamento escolar conforme questionado, não havendo a possibilidade novamente de detectar em que falas estavam as inverdades. Abaixo segue a representação dos gráficos:

Gráfico 7 – Informações Desempenho Escolar (Familiares)

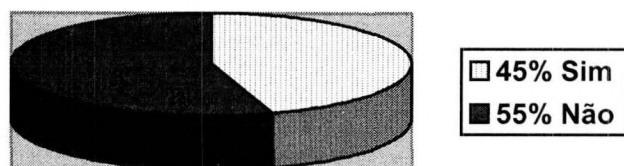
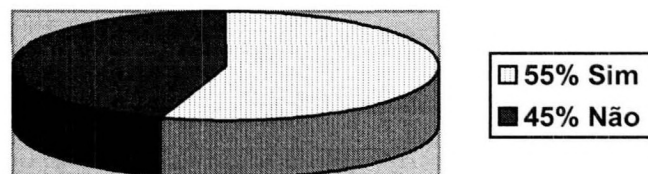


Gráfico 8 – Informações Desempenho Escolar (Jovens)



Ao mencionar se os familiares costumam procurar o Serviço Social do Programa Jovem Trabalhador para informar-se sobre o desempenho profissional dos jovens, 85% dos familiares informaram que não tem este hábito e 15% informou de forma positiva. Já 80% dos jovens responderam que os familiares não procuram o PJT e 20% informou que procuram. Nesse aspecto, pode-se constatar que os familiares procuram o PJT quando solicitados e não pelo interesse e iniciativa próprios de acompanhar constantemente os adolescentes nesta fase de suas vidas.

Gráfico 9 – Informações no PJT (Familiares)

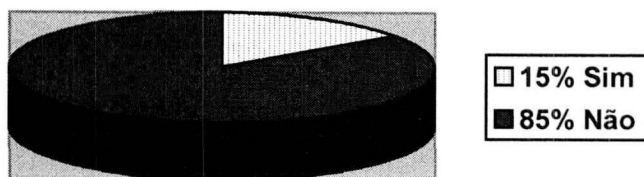
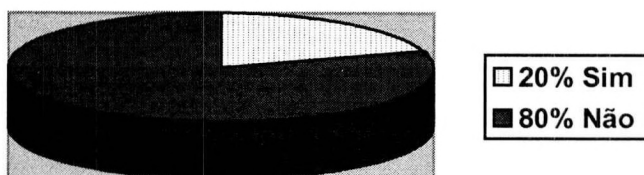
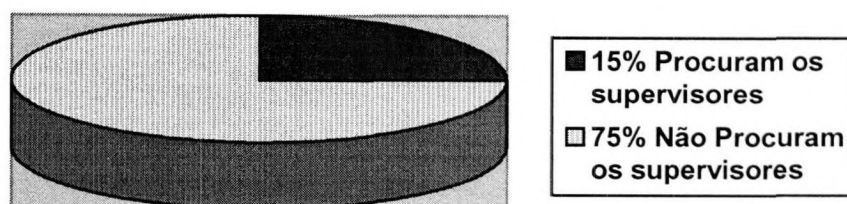


Gráfico 10 – Informações no PJT (Jovens)



Todos os familiares informaram que nunca procuraram os supervisores nas empresas em que os jovens trabalham para informarem-se sobre o desempenho profissional. Mas, nas entrevistas com os adolescentes 15% afirmaram que os familiares procuram os supervisores com o intuito de acompanhar o seu desenvolvimento profissional. Mesmo assim, foi diagnosticado que predomina o não acompanhamento da família neste aspecto, conforme representado pela figura abaixo:

Gráfico 11 – Informações nas Empresas (Jovens)



Ao questionar os familiares sobre a importância e necessidade da realização do acompanhamento profissional e escolar dos jovens, 95% dos familiares consideram importante, sendo que 5% discordam. Os motivos mencionados pelos familiares são: 60% disseram que é obrigação dos pais orientá-los e incentivá-los, 35% destacaram a importância de demonstrar preocupação e oferecer mais segurança aos filhos e 5% não consideram importante. Na opinião dos jovens, 75% respondeu de forma positiva e 25% manifestaram-se negativamente, sendo os motivos apontados: 60% consideram que é uma forma de incentivo, 25% consideram que é uma forma de orientação e para 15% é uma forma de demonstrar preocupação com eles e transmitir segurança.

Nesta questão, é pertinente destacar que a maioria dos jovens considera importante o acompanhamento e orientação da família nesta etapa da vida, na qual passam por conflitos, dúvidas, descobrimentos, transformações físicas, psicológicas, emocionais e sociais que fazem parte do processo de amadurecimento.

A seguir, os resultados apresentados:

Gráfico 12 – Acompanhamento Profissional e Escolar (Familiares)

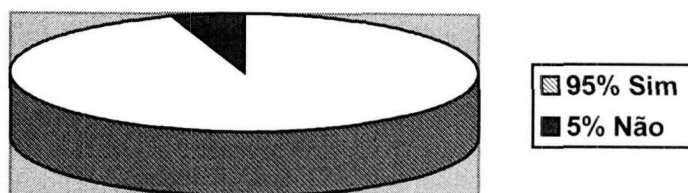


Gráfico 13 – O Motivo Justificado (Familiares)

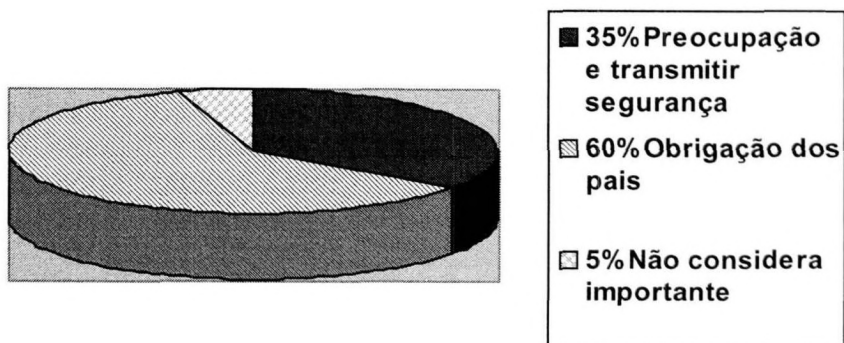


Gráfico – 14 Acompanhamento Profissional e Escolar (Jovens)

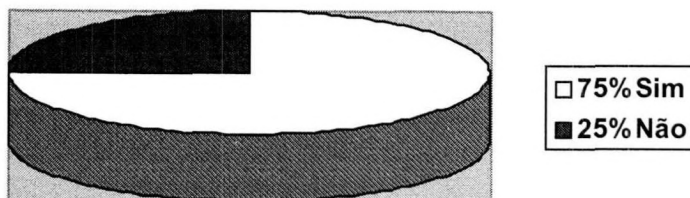
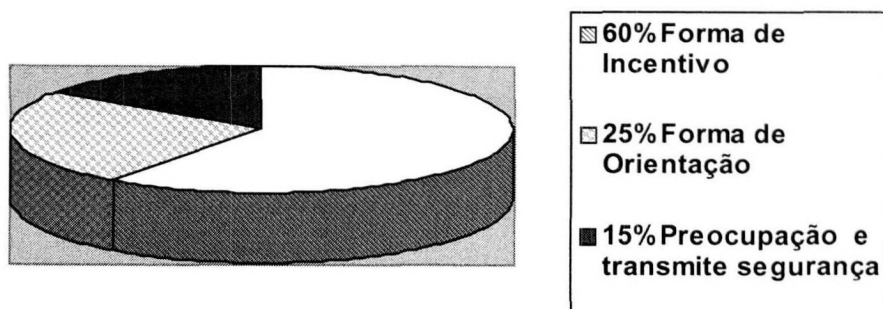


Gráfico 15 – O Motivo Justificado (Jovens)



Apesar de todos os entrevistados informarem que procuraram o PJT quando são solicitados, ao serem questionados se procuram ou orientam os jovens a procurar a equipe de Serviço Social do Programa Jovem Trabalhador em casos de dúvidas ou situações que possam trazer-lhes insatisfações ou prejuízos profissionais, escolares e pessoais, 90% dos familiares disseram que não costumam procurar o PJT e somente 10% informaram que

procuram. Entretanto, todos os familiares afirmaram que orientam os adolescentes a procurar o Programa nestas situações.

Segundo informações dos jovens, 70% informaram que os familiares não procuram a equipe de Serviço Social do PJT nestes casos, mas orienta-os a procurar, 15% procuram a equipe e 15% não procuram e não orienta-os a procurar. Entretanto, houve a predominância da não procura dos familiares ao PJT nos casos citados. Abaixo a demonstração dos gráficos:

Gráfico 16 – Procura pelo PJT (Familiares)

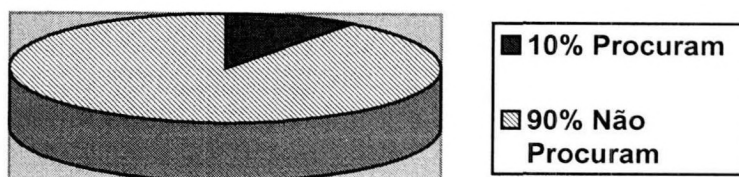
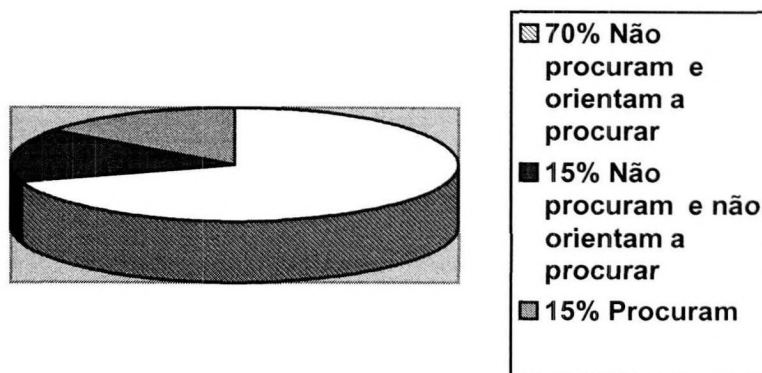
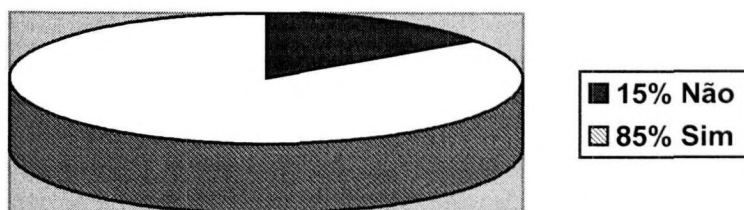


Gráfico 17 – Procura pelo PJT (Jovens)



Durante as entrevistas, ao questionar se os jovens sentem-se à vontade para procurar os familiares e conversarem sobre insatisfações ou problemas profissionais, escolares e mesmo pessoais, 85% dos jovens afirmou que sim. Sendo assim, diante de afirmações demonstradas anteriormente nos gráficos 14 e 15, é importante maior aproximação dos familiares para dialogar, conversar, orientar, buscar informações a respeito do cotidiano escolar, profissional e pessoal dos filhos, fortalecendo desta forma os vínculos familiares e conseqüentemente oferecer maior segurança e apoio, também em outras situações de suas vidas, especialmente no que se refere a sexualidade, drogas, educação, conflitos, dúvidas, etc. Os laços de intimidade são tecidos, segundo Aratangy (1998, p. 35), aos poucos, ao longo de experiências partilhadas, troca de emoções e confidências. A seguir, os dados demonstrados no gráfico:

Gráfico 18 – Procurar aos Familiares (Jovens)



Em relação aos encontros com os familiares do Programa Jovem Trabalhador, esta é uma oportunidade tanto para os familiares quanto para a equipe de Serviço Social do PJT, enquanto parceiros, para estarem discutindo, buscando informações e aperfeiçoando a forma de orientação e acompanhamento dos jovens.

No segundo semestre de 2003, conforme proposto no projeto de intervenção do estágio curricular em Serviço Social, foi realizado um trabalho de motivação através do envio de convites aos familiares, lembretes verbais aos jovens para mobilizarem os pais a participarem do encontro daquele semestre. Este processo resultou na participação de 57 familiares, que mesmo sendo $\frac{1}{4}$ do número de jovens inseridos no PJT, foi um número superior em relação aos encontros realizados no primeiro semestre do mesmo ano (2003) e de 2004, no qual não houve o mesmo processo de mobilização e participaram 10 e 19 familiares, respectivamente. Esses dados demonstram que motivação e mobilização são fundamentais para ampliar a participação dos familiares nas atividades do Programa.

Os familiares, ao serem questionados sobre a participação nos encontros de pais, realizados conforme o cronograma estabelecido pelo Programa Jovem Trabalhador, 30% afirmaram que participam dos encontros e 70% disseram que não participam. Quanto aos motivos, 35% relataram que não participam por falta de tempo, 45% porque não são informados dos encontros e 20% alegaram outros motivos. Neste aspecto, é relevante analisar que, se a maioria dos familiares disseram não serem informados dos encontros, sendo que o Programa Jovem Trabalhador informa-os através de cronogramas semestrais encaminhados aos jovens no qual constam as datas de suas outras atividades, é possível constatar pouco interesse por parte dos pais na busca de informações quanto as atividades e falta de repasse de informações dos jovens para os familiares.

Este último pode ser explicado pelo fato de que a adolescência é uma fase em que o jovem está buscando a sua identificação, passa por conflitos e busca ser mais independente da família no sentido de desenvolver habilidades integrando-se a outros grupos sociais.

Portanto, em muitos casos, o jovem sente-se “envergonhado” em relação a participação dos pais, seja na escola ou em outros lugares que frequenta, com o pensamento de que já

estão “crescidos” o suficiente e não precisam mais dos familiares para vigiá-los e controlá-los como se fossem “ainda crianças”. Dessa forma, preferem o afastamento dos familiares no que diz respeito aos assuntos que os envolvem. Neste caso, é de extrema importância conscientizar e esclarecer aos jovens que a presença dos familiares nos encontros oferecidos pelo PJT é em seu próprio benefício, ou seja, é uma oportunidade de seus pais ou responsáveis serem orientados sobre os conflitos da adolescência para entenderem melhor o que acontece com seus filhos na fase da adolescência.

Ao questionar os jovens se eles mantêm os familiares informados dos encontros e atividades de pais oferecidas pelo Programa Jovem Trabalhador, 50% informou que mantêm os familiares informados e a outra metade não mantêm. Os motivos que os jovens apresentaram por não manter os familiares informados foram: 50% porque os pais não tem tempo para participar, 40% por esquecimento e falta de atenção e 10% porque os familiares não tem interesse em participar. Daqueles jovens que disseram informar os familiares dos encontros, 70% mencionou que os familiares não participam e o restante (30%) informou que eles participam. A seguir, a demonstração dos gráficos:

Gráfico 19 – Participação nos Encontros do PJT (Familiares)

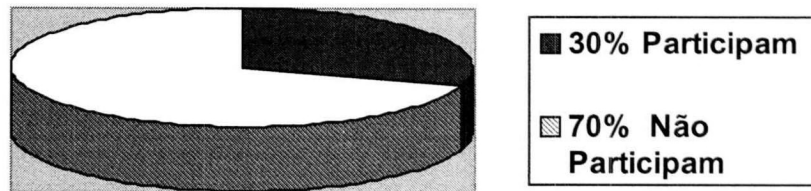


Gráfico 20 – Os Motivos (Familiares)

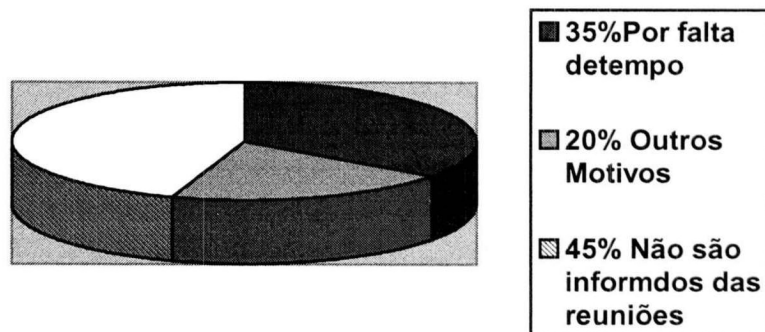


Gráfico 21 - Informação dos Encontros do PJT (Jovens)

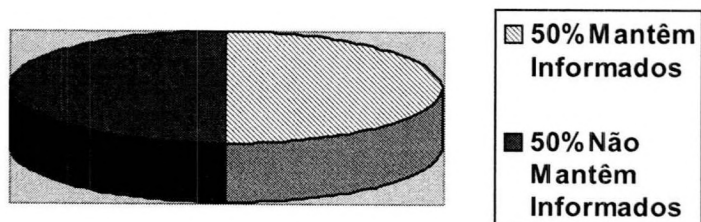


Gráfico 22 – Os Motivos (Jovens)

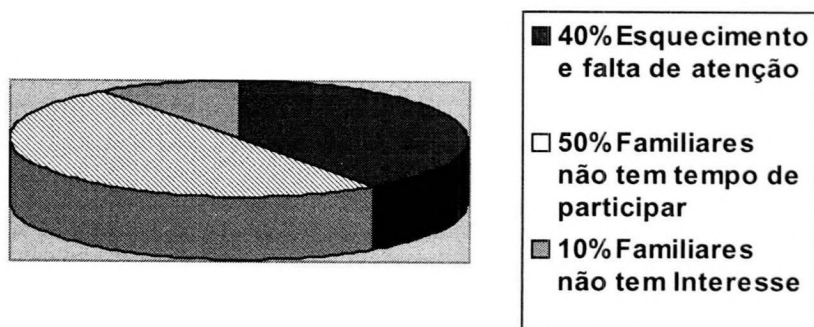
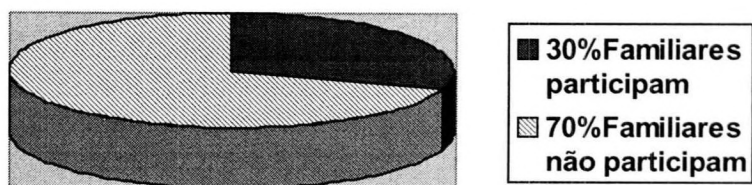


Gráfico 23 – Nível de Participação dos Familiares (Jovens)



Ao questionar se os familiares costumam apresentar dúvidas, críticas e sugestões ao Programa Jovem Trabalhador a fim de viabilizar mudanças no acompanhamento ao adolescente, todos os entrevistados informaram que não o fazem pelo motivo de não haverem dúvidas, necessidades ou sugestões. Este aspecto pode ser analisado tanto pelo grau de satisfação dos familiares em relação a eficiência do PJT no atendimento aos adolescentes, quanto pelo desinteresse em contribuir para o aperfeiçoamento da forma de atendimento oferecida pelo Programa, pois em alguns casos, devido ao contexto social em que vivem, os familiares preocupam-se com a entrada dos adolescentes no mercado de trabalho, sem atentarem para outros aspectos que envolvem o jovem enquanto sujeito em processo de desenvolvimento.

No aspecto das mudanças que ocorreram na relação familiar após a inserção dos jovens no Programa Jovem Trabalhador, 55% dos familiares disseram que houve mudanças apenas no que se refere a independência financeira, 30% passaram a ajudar a família nas despesas domésticas, 10% melhorou a comunicação intrafamiliar e 5% informou que não houveram mudanças. Na entrevistas com os adolescentes, 55% informaram que ficaram mais independentes financeiramente, 25% melhorou a comunicação intrafamiliar e 20% passaram a ajudar a família nas despesas domésticas.

Diante destes fatos é relevante salientar que, a família enquanto grupo de convivência, tem uma dinâmica que demanda de seus integrantes o constante exercício de pensar o presente e o futuro, o que os leva a reorganizarem continuamente suas estratégias. Devido a carências financeiras, situação em que se inclui a maioria dos adolescentes que procuram o Programa Jovem Trabalhador, busca-se novas estratégias de sobrevivência através de políticas de assistência social, rede de atendimento sócio-comunitário como forma de inserirem-se no

mercado de trabalho, objetivando ajudar a família no orçamento doméstico, buscando a independência financeira e a experiência profissional.

Esses fatores influenciam positivamente na auto-estima dos jovens, pois passam a ajudar a família financeiramente, assim como adquirirem maior autonomia financeira frente ao mundo capitalista e consumista em que estão inseridos. A auto-estima aqui mencionada, corresponde ao senso de dignidade pessoal a medida que afeta todos os aspectos da vida e torna-se um fator fundamental na vida de qualquer ser humano, especialmente do jovem que vive um processo de amadurecimento e construção da personalidade. A seguir, são apresentados os gráficos:

Gráfico 24 – Mudanças na Relação Familiar (Familiares)

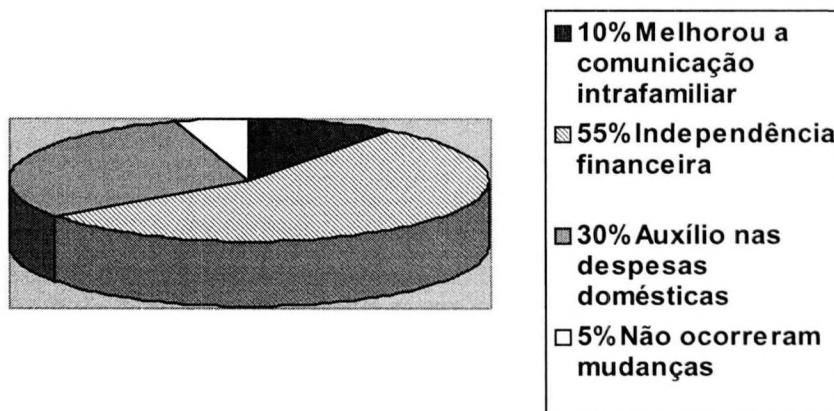
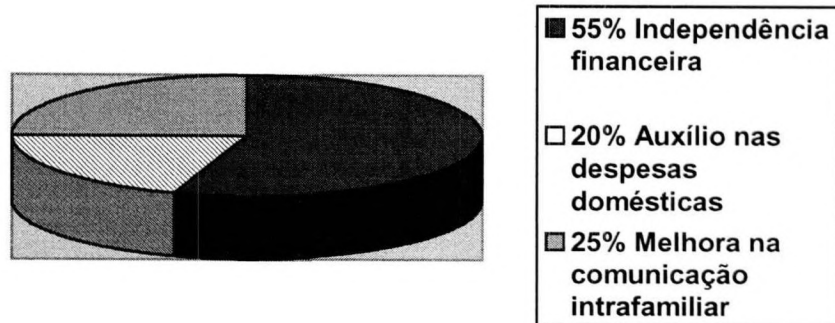


Gráfico 25 – Mudanças na Relação Familiar (Jovens)



No nível microssistêmico (nos mundos individual e pessoal), as famílias refletem os problemas dos contextos mais amplos em que vivem. Muitos são atingidos pelo estresse causado por mudanças radicais nas esferas sócio-políticas de sua sociedade, segundo afirma Kaslow (2001 apud SZYMANKI, 2002 p.18).

Este estresse pode originar a desintegração familiar e ser um dos motivos pela falta de interesse dos familiares em fazer o acompanhamento necessário aos seus integrantes, principalmente crianças e adolescentes, ou seja, rompendo com sua tarefa primordial, que é o amparo e o cuidado de seus membros. Tendo em vista que é no berço da família que a criança nasce, cresce e se desenvolve, esta é responsável pela socialização sadia dos membros e seu desenvolvimento psíquico. Na opinião de Oliveira (2003. p.51):

Mulheres trabalhando cada vez mais em tempo integral; uma rede institucional de apoio insuficiente, quando não inexistente; homens que não assumem suas responsabilidades paternas, tudo isso vem ocorrendo para piorar consideravelmente as condições de educação das crianças e jovens.

Os motivos em relação a falta de tempo e até mesmo de desinteresse dos familiares no que diz respeito à participação na vida dos filhos (conforme representados no gráfico 22), são

reflexos da constante luta pela sobrevivência que se traduz a vida das pessoas. Com as atribuições do uso do tempo pelas famílias e ênfase exagerada no trabalho, os indivíduos acabam deixando em segundo plano a função educativa e a participação na vida de seus integrantes, experimentando dessa forma, um distanciamento da convivência uns com os outros. Ainda, segundo a explicação de Oliveira (2003, p.108):

“Na medida em que homens e mulheres participam do mercado de trabalho submetendo-se, ambos a esses princípios, a vida familiar e os relacionamentos afetivos vão-se tornando uma negociação penosa, quando não impossível. Essa situação vem diluindo também os laços de dependência entre jovens e pais, empobrecendo o papel educativo das famílias”.

O adolescente representa um segmento social que reflete as desigualdades sociais construídas historicamente e intensificadas no mundo capitalista de produção. Ao mesmo tempo, está situado no meio social como um sujeito em condições peculiares de desenvolvimento e que, portanto, necessita de um ambiente que lhe proporcione orientação e acompanhamento, além de políticas públicas a fim de facultar-lhe o pleno desenvolvimento humano.

A importância do acompanhamento familiar em relação aos jovens, especialmente em tratando-se dos adolescentes inseridos no Programa Jovem Trabalhador, se justifica pela adolescência ser uma fase em que o indivíduo encontra-se em pleno desenvolvimento físico e psíquico, acompanhados de crises, por ser um momento de transição da fase infantil para a fase adulta onde os jovens apresentam condutas imprevisíveis, instáveis e transitórias.

A participação dos pais neste acompanhamento é fundamental principalmente para verificar como está sendo a conciliação entre a escola e o trabalho para o jovem. O

acompanhamento envolve orientação, diálogo, acompanhamento escolar, profissional, pessoal e transmissão de afeto que são valores que os adolescentes necessitam durante esta etapa da vida e o induzem ao “mundo civilizado”, que são os padrões aceitáveis de conduta.

A função parental é acima de tudo a arte do convívio onde se dá o aprendizado recíproco. A família pode ser percebida não como o simples somatório de comportamentos, anseios e demandas individuais, mas sim, um processo integrante da vida e das trajetórias individuais de cada um de seus membros.

As trocas afetivas na família imprimem marcas que as pessoas carregam por toda a vida, definindo direções no modo de ser com os outros afetivamente e no modo de agir com as pessoas. No entendimento de Szymanski (2002, p.12), esse ser com os outros, aprendido com as pessoas significativas, prolonga-se por muitos anos e freqüentemente projeta-se nas famílias que se formam posteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar uma abordagem trazendo teorias e retratando a conjuntura atual, pode-se perceber as influências que a ideologia neoliberal acarreta em termos de mudanças no contexto social, político e econômico, as alterações nos diversos segmentos da sociedade, especialmente na família, no âmbito das relações e composições de dinâmicas de funcionamento.

As tendências econômicas acentuam as necessidades sociais e diminuem a capacidade do Estado em supri-las. Como consequência, as políticas públicas oficiais voltadas para o atendimento às famílias mostram-se insuficientes ao oferecer suporte básico e atender suas necessidades e para que possam cumprir sua função de cuidado e proteção de seus integrantes.

Os problemas estruturais do país influenciam a vida das famílias brasileiras tornando-se principais fontes geradoras do estresse familiar. Estes são apresentados tanto pelo empobrecimento, prejuízos nos relacionamentos familiares devido a falta de tempo atrelado à luta pela sobrevivência que resulta na falta de atenção e acompanhamento necessários, especificamente conforme apresentado neste estudo, dos familiares em relação aos adolescentes.

A pesquisa apresentada reportou-se, mais especificamente para analisar o nível de acompanhamento realizado pelas famílias em relação aos adolescentes do Programa Jovem Trabalhador da IDES/PROMENOR, conforme prevê o Artigo 11 do seu Regimento Interno, que constitui o acompanhamento escolar e profissional. Nestes aspectos acredita-se que o

acompanhamento é extremamente importante para a formação intelectual do jovem, pois, conforme informaram durante as entrevistas, os jovens sentem necessidade de acompanhamento, apoio e orientação da família durante seu processo de amadurecimento. Mas, é necessário enfatizar que o adolescente precisa ser acompanhado e orientado igualmente nos diversos momentos da vida, em assuntos pertinentes a vida pessoal, não na forma de vigilância, repressão ou controle excessivo, mas orientá-los e acompanhá-los nas vivências, no desenvolvimento de suas habilidades enquanto sujeitos em fase de desenvolvimento.

Para que se aprimore a comunicação entre pais e filhos é preciso encontrar interesses comuns, trocas e situações de convivência que ofereçam momentos prazerosos e de aproximação. Isto permitirá, especialmente na adolescência, que as crises e os conflitos não se transformem em complicados problemas, distanciamentos e desinteresses entre pais e filhos. Não basta obrigá-los estudar ou ter um bom desempenho escolar e profissional, é preciso orientá-los através de diálogo e trocas de opiniões, ao mesmo tempo que em outros aspectos como, por exemplo, educação sexual, desenvolvimento de habilidades artísticas, culturais e esportivas, enfim, acompanhá-los no desenvolvimento do seu protagonismo juvenil, para que assumam desta forma o seu papel na sociedade enquanto cidadãos.

Em relação a prática de estágio junto ao Programa Jovem Trabalhador da IDES/PROMENOR, pode-se dizer que se constituiu numa troca de experiência, conhecimentos e vivências essencialmente importantes para o processo de formação profissional em Serviço Social. Foi o momento do exercício da prática profissional que pressupôs aprendizado de atividades pertinentes ao assistente social na relação com os usuários e outros profissionais onde houve a apropriação dos instrumentais técnico-operativos do Serviço Social como: reuniões, entrevistas, contatos telefônicos, visitas às empresas

conveniadas, sistematização e repasse de informações e encaminhamentos via telefone e in loco aos usuários, planejamento e avaliação das atividades.

Contudo, acredita-se que o estudo realizado poderá colaborar para que o Programa aprimore atividades e busque estratégias em relação à participação e contribuição familiar no acompanhamento profissional, escolar e também pessoal dos jovens. Neste sentido, colocaremos a seguir algumas contribuições em nível de sugestões, oriundas da percepção obtida no transcurso do estágio na ótica do fazer profissional do Serviço Social, fundamentadas nas competências e atribuições da categoria, na relação com o seu projeto político-pedagógico, técnico-operativo e ético-político.

SUGESTÕES

Utilizar instrumentos de motivação e sensibilização, como o envio de convites destinados especialmente aos familiares para aumentar a participação destes nos encontros de pais, transformando a família numa verdadeira parceira do PJT no acompanhamento dos adolescentes. Ainda neste sentido, seria de grande relevância estimular o pai, enquanto figura paterna, para ampliar a participação nas responsabilidades que dizem respeito aos filhos;

Na perspectiva de motivar a participação dos familiares nas atividades propostas pelo Programa Jovem Trabalhador, proporcionar atividades sócio-recreativas como gincanas e motivá-los a participarem como torcedores nos jogos de integração oferecido aos jovens, tornando dessa forma o PJT um mediador no que se refere ao fortalecimento dos vínculos familiares, especialmente para aquelas famílias que apresentam esta necessidade nas suas relações;

Propor durante os próximos encontros oferecidos aos familiares, a formação de um grupo de mães, especialmente para aquelas que desempenham os papéis de chefes de família. O objetivo é de realizar um trabalho com discussões sobre temas referentes a educação dos filhos e assuntos relacionados a auto-estima para estas mulheres que se encontram sobrecarregadas, com responsabilidades em relação ao cuidado dos filhos e que na maioria das vezes não contam com a ajuda dos pais das crianças e adolescentes;

Na perspectiva de oferecer um trabalho seqüencial e contínuo na abordagem dos encontros de familiares, coloca-se a sugestão de aumentar o número de encontros (pelo menos dois por semestre), procurando trabalhar temas mais atrativos, suscitando em cada reunião um processo reflexivo de forma democrática quanto a escolha dos temas que os familiares

indicarem como de maior relevância com o intuito de torná-los sujeitos mais participativos e esclarecidos;

Investigar os motivos das dificuldades referente à não participação nas reuniões através de contatos telefônicos (pelos menos com alguns dos faltantes) com o intuito de planejar os posteriores encontros em horários viáveis para que um maior número de familiares possam participar;

Com o objetivo de ampliar a participação do número de familiares nos encontros de pais, faz-se necessário esclarecer e conscientizar os jovens durante os encontros de formação sobre a importância da presença dos familiares ou responsáveis nestas reuniões. É importante informar que os encontros de pais são realizados para beneficiar especialmente os adolescentes, pois é um momento em que os familiares obtém, além de informações sobre o desempenho profissional dos jovens, informações, esclarecimentos e orientações para melhor compreender e orientar os filhos durante a adolescência;

Formar uma equipe interdisciplinar, composta por Assistentes Sociais, Pedagogo e Psicólogo para atender somente os jovens do PJT e quando necessário, os familiares que apresentam problemas e conflitos que abalam a vida familiar, pois a interdisciplinaridade, o trabalho coletivo, forma uma enriquecedora unidade de diversidades e representa um diálogo com saberes múltiplos que beneficiará ainda mais os usuários;

Com o objetivo de agregar e instigar a realização de novos estudos e aperfeiçoamento de ações na categoria de família dos jovens, coloca-se a sugestão de apresentar este estudo à equipe de Serviço Social do Programa Jovem Trabalhador e para os familiares em reuniões como uma forma de conscientização da importância do acompanhamento familiar na vida dos jovens, não como uma forma de vigilância, mas no sentido de orientá-los em todos os aspectos de sua vida;

Além do relacionamento profissional, que é a base do fazer do Serviço Social, são utilizados instrumentos de intervenção como a observação sistemática, entrevistas, reuniões e visitas domiciliares, dentre outros. Como forma de exercitar o fazer profissional das estagiárias do Serviço Social do Programa Jovem Trabalhador e atender aos usuários, segue a sugestão da realização da prática de visitas domiciliares e estudos sociais de algumas famílias (dentro dos recursos disponíveis pelo Programa), com discussões dos casos entre a equipe de Serviço Social daquelas que apresentarem-se pouco participativas no acompanhamento dos adolescentes, demonstrem indícios de problemas e/ou conflitos familiares;

Visando dar continuidade ao presente trabalho, sugere-se que sejam realizados outros estudos, mais especificamente para aprofundar a questão da orientação exposta pelos jovens, referente aos motivos da importância do acompanhamento profissional e escolar. É necessário verificar em que outros aspectos os jovens requerem acompanhamento, diagnosticando desta forma em que situações os jovens encontram-se mais vulneráveis. Diante disso, é importante buscar conhecer também o perfil dos pais ou responsáveis destes jovens.

Novas pesquisas e estudos, que são inerentes à prática profissional, contribuirão para a construção de novas práticas profissionais em benefício dos usuários, pois o Assistente Social, vive atualmente, segundo Iamamoto (1998, p.20), o desafio de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.

REFERÊNCIAS

ABREU, H. B. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999. p.35-44.

ANTUNES, R. Crise Capitalista Contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999. p.19-30.

ARATANGY, L. R. *Desafios da Convivência*. São Paulo: Gente, 1998. 174 p.

DEMO, P. “Focalização” de políticas sociais: Debate perdido, mais perdido que a “agenda perdida”. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2003. Nº 76 p. 93-117.

FALEIROS, V. de P. Desafios do Serviço Social na era da globalização. *Revista Serviço Social & Sociedade 20 anos*. São Paulo,: Cortez, 1999. Nº61. p. 152- 183.

IAMAMOTO, M. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999. p.112-128

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p.325

MINAYO, M. C. de S. (org). *Pesquisa Social: Teoria, Métodos e Criatividade*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1997. Nº 55. p. 114-130.

NOGUEIRA, M. A. A agenda cristalizada, o Estado e o Governo Lula. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2003. Nº 76. p. 5-36.

OLIVEIRA, R. D. *Reengenharia do Tempo*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2003. p.138.

PEREIRA, P. A. P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999. p.47-57.

Regimento Interno do Programa Jovem Trabalhador, 2001.

SILVA, M. O. da Silva. A Política Pública de Transferência de Renda Enquanto Estratégia de Enfrentamento à Pobreza no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*. São Luiz, 2003. Nº 2. p. 233-251. v. 7.

SPOSATI, A. Globalização da economia e processos de exclusão social. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1. Crise Contemporânea, Questão Social. e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999.p. 61-76.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2002. Nº 71. p. 9-24.

VIEIRA, L. *Cidadania e Globalização*. Editora Record: 1997. p. 15-68.

- **LEIS E DECRETOS**

BRASIL. Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/>>. Acesso em: 09 abril 2004.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Lei 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

- **HOMEPAGE**

_____. *Síntese de Indicadores Sociais*. IBGE, 2002. Disponível em <<http://www.ibge.Br/home/presidência/moticias>>. Acesso em: 16 maio 2004.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - ENTREVISTA COM FAMILIARES

Familiar participante:

Modelo de Família

Nuclear Monoparental – Matrifocal Patrifocal

Extensa Recompоста

1. Vocês costumam fazer o acompanhamento profissional e escolar do adolescente, sistematicamente, conforme proposto pelo Regulamento Interno do Programa Jovem Trabalhador apresentado no dia da admissão? De que forma?
 - Questionam e dialogam sobre o desempenho profissional e escolar do jovem
 - Procuram o Programa Jovem Trabalhador para buscar informações sobre o desempenho profissional do jovem
 - Entram em contato com a escola para informar-se quanto ao desempenho escolar do jovem
 - Conferem periodicamente o boletim escolar (notas e frequência)
2. Vocês consideram importante fazer o acompanhamento profissional e escolar dos jovens? Justifique.
 - Consideram importante
 - Não consideram importante
3. Orientam o jovem a procurar ou procuram a equipe de Serviço Social do Programa Jovem Trabalhador quando surgem dúvidas ou situações que possam trazer insatisfação, prejuízos pessoais, escolares e profissionais ao adolescente trabalhador?

4. Vocês procuram participar das reuniões de pais, realizadas conforme cronograma estabelecido pelo Programa Jovem Trabalhador? Por quê?
5. Costumam apresentar dúvidas, críticas e sugestões ao Programa Jovem Trabalhador a fim de viabilizar mudanças no acompanhamento ao adolescente?
6. Houveram mudanças e que mudou na relação entre a família e o adolescente após a inserção do mesmo no Programa ? Quais?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - ENTREVISTA COM ADOLESCENTES

Nome do jovem:

1. Os familiares fazem o seu acompanhamento profissional e escolar conforme o Regulamento Interno apresentado no dia da admissão? De que forma?
 - Questionam e dialogam quanto ao seu desempenho profissional e escolar
 - Procuram o Programa Jovem Trabalhador para buscar informações sobre o seu desempenho profissional
 - Entram em contato com a escola para informar-se quanto ao seu desempenho escolar
 - Conferem periodicamente o boletim escolar (notas e frequência)
2. Você considera necessário a realização do acompanhamento profissional e escolar pelos familiares? Por quê?
3. Seus familiares o orientam a procurar ou procuram a equipe de Serviço Social do Programa Jovem Trabalhador quando surgem dúvidas ou situações que possam trazer insatisfação, prejuízos pessoais, escolares e profissionais ao adolescente trabalhador? Quais os motivos?
4. Você sente-se à vontade para procurar os familiares e conversar sobre insatisfações ou problemas profissionais, escolares e pessoais?
5. Você mantém seus familiares informados sobre os encontros e atividades de pais oferecidas pelo PJT? Por quê?
6. Houve mudanças na relação a familiar após a sua inserção no Programa? Quais?

ANEXO A



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 132, DE 20 DE OUTUBRO 2003.

Convertida na Lei nº 10.836, de 9.1.2004

Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o **caput** tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - "Bolsa Escola", instituído pela Lei no 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei no 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde - "Bolsa Alimentação", instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto no 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto no 3.877, de 24 de julho de 2001.

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I - benefício básico: destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II - benefício variável: destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição:

- a) gestantes;
- b) nutrízes;
- c) crianças entre zero e doze anos; e
- d) adolescentes até quinze anos.

§ 1º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso I será de R\$50,00 (cinquenta reais) e será concedido a famílias com renda **per capita** de até R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 2º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso II será de R\$ 15,00 (quinze reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por família beneficiada e será concedido a famílias com renda **per capita** de até R\$ 100,00 (cem reais).

§ 3º A família beneficiária da transferência básica a que se refere o inciso I poderá receber, cumulativamente, o benefício a que se refere o inciso II, observado o limite estabelecido no § 2º.

§ 4º A família cuja renda **per capita** mensal seja superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), até o limite de R\$ 100,00 (cem reais), receberá exclusivamente o benefício a que se refere o inciso II, de acordo com sua composição, até o limite estabelecido no § 2º.

§ 5º Os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza de que tratam os §§ 1º e 2º, poderão ser alterados pelo Poder Executivo, em razão da dinâmica sócio-econômica do País e de estudos técnicos sobre o tema.

§ 6º Os atuais beneficiários dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º, na medida em que passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, deixarão de receber os benefícios daqueles programas.

§ 7º A parcela do valor dos benefícios em manutenção das famílias beneficiárias dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAE e Auxílio-Gás que, na data de ingresso dessas famílias no Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado neste artigo, será considerado como benefício variável de caráter extraordinário.

§ 8º O benefício variável de caráter extraordinário, de que trata o § 7º, será mantido até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deu origem.

§ 9º O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família poderá excepcionalizar o cumprimento dos critérios de que trata o § 1º, nos casos de calamidade pública, decretada pelo Governo Federal, para fins de concessão do benefício básico em caráter temporário, respeitados os limites orçamentários e financeiros.

§ 10. No caso de crédito dos benefícios em conta-corrente eletrônica e simplificada, disponibilizada indevidamente ou com prescrição do prazo de movimentação definido em regulamento, caberá ao órgão responsável solicitar a reversão dos créditos ao Programa.

Art. 3º A execução do Programa Bolsa Família se dará de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

Art. 4º Fica criado, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 5º O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família contará com uma Secretaria-Executiva, com a finalidade de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do Programa, compreendendo o cadastramento único, a supervisão do cumprimento das condicionalidades, o estabelecimento de sistema de monitoramento, avaliação, gestão orçamentária e financeira, interlocução com instâncias de participação e controle social, bem assim a articulação entre o Programa e as políticas públicas sociais de iniciativa dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

Art. 6º As despesas do Programa Bolsa Família correrão à conta das dotações alocadas aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastramento Único a que se refere o parágrafo único do art. 1º, bem como de outras dotações do Orçamento da Seguridade Social da União que vierem a ser consignadas ao Programa.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família às dotações orçamentárias existentes.

Art. 7º Compete à Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família promover os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira dos recursos originalmente destinados aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastramento Único mencionados no parágrafo único do art. 1º.

§ 1º Excepcionalmente, no exercício de 2003, os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira, em caráter obrigatório, para pagamento dos benefícios e dos serviços prestados pelo agente operador e, em caráter facultativo, para o gerenciamento do Programa Bolsa Família, serão realizados pelos Ministérios da Educação, da Saúde, de Minas e Energia e pelo Gabinete do Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, observada orientação emanada da Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família quanto aos beneficiários e respectivos benefícios.

§ 2º No exercício de 2003, as despesas relacionadas à execução dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAE e Auxílio-Gás continuarão a ser executadas orçamentária e financeiramente pelos respectivos Ministérios e órgão responsáveis.

§ 3º No exercício de 2004, as dotações relativas aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastramento Único, referidos no parágrafo único do art. 1º, serão descentralizadas para o órgão responsável pela execução do Programa Bolsa Família.

Art. 8º O art. 5o da Lei no 10.689, de 13 de junho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º As despesas com o Programa Nacional de Acesso à Alimentação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual, inclusive oriundas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

....." (NR)

Art. 9º Ficam vedadas as concessões de novos benefícios no âmbito de cada um dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º.

Art. 10. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa Bolsa Família, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal, obedecidas as formalidades legais.

Art. 11. Fica criado no Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família um cargo, código DAS 101.6, de Secretário-Executivo do Programa Bolsa Família.

Art. 12. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de outubro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

José Dirceu de Oliveira e Silva

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 21.10.2003

ANEXO B

IDES / PROMENOR
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O TRABALHO – PJT

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____
Local e data de nasc.: _____ Idade: _____
CI: _____ CPF: _____ CTPS: _____
Motivo da solicitação: _____

SITUAÇÃO FAMILIAR:

Pai: _____ Escolaridade: _____
Idade: _____ Profissão: _____ Renda: _____
Local de Trabalho: _____ Fone: _____
Mãe: _____ Escolaridade: _____
Idade: _____ Profissão: _____ Renda: _____
Local de trabalho: _____ Fone: _____
Estado civil dos pais: _____
Nº de filhos: _____ Quantos trabalham: _____ Menores de 18anos: _____
Quantos residem na casa: _____ Quantos ajudam na renda familiar: _____
Com quem o adolescente mora? _____
Obs.: _____

CONDIÇÕES HABITACIONAIS:

Casa: própria() Financiada() – R\$ _____
Coabitada() Cedida() Alugada() – R\$ _____
Construção: Alvenaria () Madeira () Mista ()
Nº de peças: _____ Condições de habitação: _____
Obs.: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Ônibus: _____
Ponto de referência: _____
Fone residencial: _____ Celular: _____
Fone para contato: _____ Nome: _____

SITUAÇÃO ESCOLAR:

Escola: _____
Turno: _____ Série _____ Horário: _____
Reprovações: () Não () Sim – em que série: _____ Quantas vezes repetiu: _____
Motivo: _____
Tem possibilidade de trocar o período em que estuda? () Não () Sim
O que representa a escola para você: _____
Possui outros cursos? _____

CARACTERIZAÇÃO:

Quais as suas principais características? _____

Como você define trabalho? _____

O que significa família na tua vida? _____

Quais são suas pretensões profissionais? _____

Você tem ou já teve alguma doença respiratória , renal ou cardíaca? _____

Na sua família existe algum caso de dependência química? _____

E você, já fez uso de algum tipo de droga?Qual? _____

Costuma fazer uso de bebidas alcoólicas? Quando? _____

Você já teve alguma experiência profissional? (em que, duração, motivo da saída)

Como teve conhecimento sobre o Programa Jovem Trabalhador?

Parecer: _____

Florianópolis, _____ de _____ de _____

Assinatura do usuário

Assinatura do entrevistador

ANEXO C

IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO / PROMENOR PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR FICHA DE ADMISSÃO PARA O TRABALHO

1-IDENTIFICAÇÃO DO JOVEM:

Nome: _____
Data nasc.: _____ Local: _____ Idade: _____
CI: _____ CPF: _____ CTPS: _____
Endereço residencial: _____
Bairro: _____ Ônibus: _____
Fone: _____ Fone para recado: _____
Data de admissão: _____ Nº de inscrição: _____
Local a ser encaminhado: _____
No lugar de: _____
Horário de trabalho: _____

2- IDENTIFICAÇÃO DOS PAIS:

Nome do pai: _____
Idade: _____ Estado civil: _____
Profissão: _____ Renda mensal: _____
Local de trabalho: _____
Endereço comercial: _____
Fone: _____ Tempo de serviço: _____

Nome da mãe: _____
Idade: _____ Estado civil: _____
Profissão: _____ Renda mensal: _____
Local de trabalho: _____
Endereço comercial: _____
Fone: _____ Tempo de serviço: _____

Responsável: _____
Idade: _____ Estado civil: _____
Profissão: _____ Renda mensal: _____
Local de trabalho: _____
Endereço comercial: _____
Fone: _____ Tempo de serviço: _____

3- HISTÓRICO DO JOVEM:

Como foi o período de:
Gestação: _____

Infância: _____

Adolescência: _____

O que você gosta de fazer nas horas de lazer? _____

Participa de algum grupo na sua comunidade? _____

Quais as pessoas com quem você melhor se relaciona? _____

4- SITUAÇÃO ESCOLAR:

Escola: _____

Turno: _____ Série _____ Horário: _____

Participou de mais algum curso?

() Não () Sim. Qual? _____

5- SITUAÇÃO PROFISSIONAL:

Enquanto Jovem Trabalhador o que espera do (a):

IDES/PROMENOR? _____

Empresa? _____

Como pretende agir profissionalmente? _____

Discorda de algum ponto dos regulamentos (pais e PJT)? Sim() Não()

Especificar: _____

Observações: _____

Florianópolis, ___ de _____ de 20__.

Ass. do Entrevistador

Ass. Jovem Trabalhador

Ass. do Responsável

ANEXO D

PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR – PROMENOR
Ficha de acompanhamento do jovem na empresa.

Empresa: _____

Adolescente: _____

Supervisor: _____

Data: ___ / ___ / ___ Horário: _____ Setor: _____

Tempo no setor: _____ E-mail: _____

Perfil do adolescente:

Seu desempenho profissional (pontualidade, interesse, iniciativa, responsabilidade, dificuldades, quantidade de trabalho):

Quais os avanços que obteve profissionalmente e quais as dificuldades que ainda possui?

Quais atividades que executa:

De que forma o setor contribuiu para seu processo de formação durante a sua permanência no programa?

Qual a importância que o Programa Jovem Trabalhador teve em sua vida?

Sugestões e observações:

Serviço Social do PJT

Jovem Trabalhador

Supervisor

PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR – PROMENOR
Ficha de acompanhamento do jovem na empresa.

Empresa: _____

Adolescente: _____

Supervisor: _____

Data: ___ / ___ / ___ Horário: _____ Setor: _____

Tempo no setor: _____ E-mail: _____

Perfil do adolescente:

Seu desempenho profissional (pontualidade, interesse, iniciativa, responsabilidade, dificuldades, quantidade de trabalho):

Quais os avanços que obteve profissionalmente e quais as dificuldades que ainda possui?

Quais atividades que executa:

De que forma o setor vem contribuindo para seu processo de formação profissional?

Manifesta interesse em remanejamento? Por qual motivo?

Sugestões e observações:

Serviço Social do PJT

Jovem Trabalhador

Supervisor

ANEXO E

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES – 2º SEMESTRE / 2003 PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR

1- ENCONTROS DE FORMAÇÃO

MESES	DATA	HORÁRIO	LOCAL	TEMA	PARTICIPANTES
OUTUBRO	22	9h / 12h ou 14h / 17h	Auditório da PROMENOR	Trabalho e adolescência	Adolescentes do Programa Jovem Trabalhador (participação obrigatória)
OUTUBRO	23	9h / 12h ou 14h / 17h	Auditório da PROMENOR	Trabalho e adolescência	Adolescentes do Programa Jovem Trabalhador (participação obrigatória)
DEZEMBRO	03	9h / 12h ou 14h / 17h	Auditório da PROMENOR	Inteligência emocional	Adolescentes do Programa Jovem Trabalhador (participação obrigatória)
DEZEMBRO	04	9h / 12h ou 14h / 17h	Auditório da PROMENOR	Inteligência emocional	Adolescentes do Programa Jovem Trabalhador (participação obrigatória)
NOVEMBRO	28	18h30nim/ 20h30min	Auditório da PROMENOR	Inteligência emocional	Familiares e Supervisores

2- ENCONTROS DESPORTIVOS E LAZER

MESES	EVENTO	LOCAL	DATA
Novembro	Torneio de Integração de Volley	A combinar	A combinar
Novembro e/ou Dezembro	Passeios	A combinar	A combinar

3- AVALIAÇÃO NAS EMPRESAS

Durante os meses de outubro e novembro

ANEXO F

IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO – PROMENOR **PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR** **REGULAMENTO INTERNO**

A PROMENOR é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, mantidos pela Irmandade do Divino Espírito Santo (*IDES*).

O objetivo do Programa Jovem Trabalhador (PJT) é inserir o adolescente no mercado de trabalho assegurando seus direitos trabalhistas, acompanhando-o, orientando-o e contribuindo para sua formação e exercício da cidadania.

DOS DIREITOS E DEVERES DO ADOLESCENTE TRABALHADOR

1. Será contratado por um período de experiência que durará entre 45 a 90 dias, como office-boy/girl, executando as tarefas pré-estabelecidas pela Empresa e pelo setor, juntamente com o mesmo.
2. Estará sujeito a um remanejamento periódico de setor ou de empresa, a fim de diversificar o seu aprendizado.
3. Poderá recorrer ao Serviço Social sempre que sentir necessidade, sejam elas relacionadas a aspectos profissionais, pessoais, familiares, escolares, entre outros.
4. Deverá comunicar o Serviço Social da IDES/PROMENOR e responsável na empresa sobre qualquer ocorrência que implique em transtorno ou em prejuízo do adolescente contratado.
5. Frequentará normalmente as aulas até concluir o 2.º grau (art.63 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA)
 - 5.1 O acompanhamento escolar será feito por meio da apresentação do xerox do boletim escolar e/ou atestado de frequência, no final de cada mês (no dia do recebimento do contra-cheque, vale-transporte e/ou refeição). A não apresentação implicará em atraso na entrega do vale-refeição/ vale-transporte/ e/ou contracheque.
 - 5.2 A repetência escolar não será permitida, salvo situações comprovadas que requeiram tolerância.
 - 5.3 A desistência escolar implicará em demissão imediata.
6. Deverá comparecer às reuniões do Programa Jovem Trabalhador, de acordo com o cronograma estabelecido, retornando ao local de trabalho após o seu término. O não comparecimento às reuniões poderá implicar em advertência.

1. Todo o extravio de numerário ou documentos, quando da empresa, a PROMENOR se responsabilizará totalmente; nos extravios de terceiros caberá responsabilidade ao jovem, tendo o acompanhamento da PROMENOR.
2. Deverá desempenhar suas atribuições com comprometimento e disciplina. O não cumprimento desse regulamento e/ou quaisquer faltas graves que venham a ser cometidas, poderão reverter em advertência, suspensão e até mesmo demissão.

TERÁ SEU CONTRATO RESCINDIDO:

- a) Um (01) mês antes de completar 18 anos de idade.
 - b) Se a empresa em que presta serviço solicitar a substituição.
 - c) Se o adolescente solicitar sua rescisão, mediante autorização do responsável.
- O regulamento interno da PROMENOR, assinado pelo adolescente e responsável na admissão, não perde sua validade quando este é alterado ou modificado, automaticamente fica aceito pelo adolescente e responsável, mesmo sem suas assinaturas, considerando que sempre serão informados destas alterações.
 - O referido regulamento terá flexibilidade de acordo com as necessidades apresentadas, sendo que cada caso será estudado isoladamente.
 - Os casos de indisciplina e outros delitos serão enquadrados no art. 482 incisos A-L da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Florianópolis, _____ de _____ 200__ .

Washington Luiz do Valle Pereira
Presidente

Jovem Trabalhador

Responsável